



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
PROGRAMA ESCOLA DA TERRA-MEC\SECADI - 2023-2024
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

RANIELI BATISTA DA SILVA

**A *QUESTÃO AGRÁRIA* NO MUNICÍPIO DE AMPARO-PB E SUA RELAÇÃO COM
O PIBID DIVERSIDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NA ESCOLA
ILDEFONSO ANSELMO DA SILVA (2011-2014)**

SUMÉ – PB

2024

RANIELI BATISTA DA SILVA

**A *QUESTÃO AGRÁRIA* NO MUNICÍPIO DE AMPARO-PB E SUA RELAÇÃO COM
O PIBID DIVERSIDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NA ESCOLA
ILDEFONSO ANSELMO DA SILVA (2011-2014)**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação
Contextualizada para a Convivência com
o Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista em
Educação Contextualizada**

Orientador: Prof.º Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

SUMÉ – PB

2024



S586q Silva, Ranieli Batista da.

A questão agrária no município de Amparo-PB e sua relação com o PIBID Diversidade de Ciências Humanas e Sociais na Escola Idelfonso Anselmo da Silva (2011-2014). / Ranieli Batista da Silva. - 2024.

70 f.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido.

1. Questão agrária. 2. PIBID Diversidade. 3. Escola Municipal Idelfonso Anselmo da Silva - Amparo-PB. 4. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. 5. Educação Contextualizada. 6. Amparo-PB - questão agrária. 7. Arte rupestre - Sítio Olho d'Água dos Caboclos - Amparo-PB. I. Título. II. Cavalcante Neto, Faustino Teatino.

CDU: 37(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

RANIELI BATISTA DA SILVA

**A *QUESTÃO AGRÁRIA* NO MUNICÍPIO DE AMPARO-PB E SUA RELAÇÃO COM
O PIBID DIVERSIDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NA ESCOLA
ILDEFONSO ANSELMO DA SILVA (2011-2014)**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação
Contextualizada para a Convivência com
o Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista em
Educação Contextualizada**

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.
Orientador – UAEDUC / UFCG – CDSA**

**Professora Ma. Tomires da Costa e Silva Nascimento.
SEDUC /Prefeitura de Sumé**

**Professor Dr. Filipe Gervásio Pinto Barbosa.
UAEDUC / UFCG/CDSA**

Trabalho aprovado em: 06 de dezembro de 2024.

SUMÉ – PB

Dedico este trabalho aos povos que lutam incansavelmente por suas terras, justiça e igualdade, cuja resistência e coragem são fontes de inspiração. Que suas vozes sejam sempre ouvidas e suas lutas, reconhecidas

Agradeço de coração aos meus professores, que compartilharam seu conhecimento e me guiavam nesta jornada, em especial ao meu orientador e à minha família, por seu amor e apoio incondicional. Sem vocês, nada disso seria possível.

Obrigada por acreditarem no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Neste momento especial, gostaria de expressar minha gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Faustino Neto, por suas orientações e contribuições ao longo deste processo, que foram fundamentais para o desenvolvimento de cada etapa. Obrigada por sempre estar disponível para esclarecer minhas dúvidas e por encorajar minha busca por conhecimento. Sou eternamente grata pela oportunidade de aprender sob sua orientação.

Agradeço também à minha família, pelo amor, apoio e por acreditarem em mim em todos os momentos. Vocês são meu alicerce e minha fonte de inspiração. Obrigada, Painha, por não ter me deixado desistir diante de todas as dificuldades.

Meu pai faz parte das pessoas que lutam por terra, e sou extremamente orgulhosa por ele ser minha inspiração. Hoje temos “um pedacinho de terra”; embora não tenha sido fácil, ele conseguiu.

Por fim, dedico uma menção especial aos meus amigos e aos povos que lutam por justiça e igualdade. Muito obrigado a todos!

**"Todas as conquistas começam com o
simples ato de acreditar que elas são
possíveis"**

Hilary Hinton Ziglar

RESUMO

O trabalho monográfico intitulado *A questão agrária no município de Amparo-PB e sua relação com o PIBID Diversidade de Ciências Humanas e Sociais Na Escola Idelfonso Anselmo da Silva (2011-2014)* teve como objetivo geral investigar a *questão agrária* do município de Amparo-PB, com o intuito de pensarmos este tema a partir do que propõe o paradigma da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, buscando perceber se ele foi tomado como objeto de preocupação pelo Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID Diversidade, desenvolvido pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande, campus Sumé, entre 2011 e 2014, na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Idelfonso Anselmo da Silva”, situada na sede do citado município. Especificamente, procuramos: apresentar como a *questão agrária* se apresenta no município de Amparo-PB; situar os fundamentos teóricos da Educação Contextualizada, analisando se a mesma trata a *questão agrária*; e analisar se a *questão agrária* brasileira, do Semiárido e, especificamente, e do município de Amparo foi tomado como objeto de preocupação do PIBID Diversidade, desenvolvido pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande, campus Sumé, entre 2011 a 2014, na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Idelfonso Anselmo da Silva”, situada na sede do citado município. Nosso referencial teórico-metodológico foi o materialismo histórico-dialético (Marx, 1983), que explica a história das sociedades humanas através de fatos históricos, com um foco voltado a partir dos processos e relações econômicas. Para respondermos os nossos questionamentos, fizemos uso das seguintes fontes: historiografia paraibana, sesmarias, inventários, Censos Agropecuários, dados do IBGE e do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), relatórios e artigos do PIBID Diversidade. A presente pesquisa concluiu que, em que pese a importância dos conteúdos trabalhados pelo PIBID- Diversidade entre 2011 e 2014, na Escola Idelfonso Anselmo da Silva, existiu a completa ausência da problematização do que se apresenta como o maior problema do povo pobre camponês do Brasil que é a *questão agrária*, cujos reflexos podem ser notados pelo grau de miséria que essa desigual distribuição de terra causa ao povo brasileiro, paraibano, caririzeiro e amparense.

Palavras-chave: Questão agrária; Educação contextualizada; PIBID diversidade.

ABSTRACT

The monographic work entitled *The agrarian question in the municipality of Amparo-PB and its relationship with the PIBID Diversity of Human and Social Sciences at the Ildefonso Anselmo da Silva School (2011-2014)* had as its general objective to investigate the agrarian question of the municipality of Amparo-PB, in order to think about this theme from what the paradigm of Contextualized Education for Coexistence with the Semi-arid proposes, seeking to understand if it was taken as an object of concern by the Teaching Initiation Scholarship Program – PIBID Diversity, developed by the Teaching Degree in Rural Education, at the Federal University of Campina Grande, Sumé campus, between 2011 and 2014, at the Municipal School of Elementary Education "Ildefonso Anselmo da Silva", located in the headquarters of the aforementioned municipality. Specifically, we seek to: present how the agrarian question is presented in the municipality of Amparo-PB; situate the theoretical foundations of Contextualized Education, analyzing whether it deals with the issue of agrarian question; and to analyze whether the Brazilian agrarian issue, of the Semi-arid region and, specifically, of the municipality of Amparo was taken as an object of concern of the PIBID Diversity, developed by the Licentiate Degree in Rural Education, at the Federal University of Campina Grande, Sumé campus, between 2011 and 2014, at the Municipal School of Elementary Education "Ildefonso Anselmo da Silva", located in the seat of the aforementioned municipality. Our theoretical-methodological framework was historical-dialectical materialism (Marx, 1983), which explains the history of human societies through historical facts, with a focus on economic processes and relations. To answer our questions, we made use of the following sources: Paraíba historiography, sesmarias, inventories, Agricultural Censuses, data from the IBGE and the National Rural Registry System (SNCR), reports and articles from PIBID Diversity. The present research concluded that, despite the importance of the contents worked by PIBID- Diversity between 2011 and 2014, at the Ildefonso Anselmo da Silva School, there was a complete absence of problematization of what is presented as the biggest problem of the poor peasant people of Brazil, which is the agrarian question, whose reflections can be noted by the degree of misery that this unequal distribution of land causes to the Brazilian people, Paraíba, caririzeiro and amparense.

Keywords: Agrarian question; Contextualized education; PIBID diversity

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Localização do Município de Amparo-PB.....	17
Imagem 2 -	Pintura rupestre Sitio Olho D'água dos Caboclos.....	19
Imagem 3 -	Pintura rupestre Sitio Olho D'água dos Caboclos.....	19
Imagem 4 -	Pintura rupestre Sitio Olho D'água dos Caboclos.....	20
Imagem 5 -	Pintura rupestre Sitio Olho D'água dos Caboclos.....	20
Imagem 6 -	Mapa do Município de Sumé-PB (1951) com destaque para o território do Município de Amparo.....	25
Imagem 7 -	Mapa do Município de Amparo-PB (2010).....	26
Imagem 8 -	Escola Municipal “Idelfonso Anselmo da Silva”.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Inventários dos fazendeiros que aparecem como proprietários de terras no território do município de Amparo.....	23
Quadro 2 -	Imóveis rurais e seus declarantes no território que corresponde ao atual município de Amparo – 1920.....	24
Quadro 3 -	Condição do produtor em relação às terras no município de Amparo – 2017...	26
Quadro 4 -	Condição do produtor em relação às terras (hectares) no município de Amparo – 2017.....	28
Quadro 5 -	Tipos de propriedades segundo o módulo fiscal.....	29
Quadro 6 -	Distribuição do número de imóveis rurais por área no município de Amparo..	30
Quadro 7 -	Professores da Educação Básica Participantes do Projeto.....	43
Quadro 8 -	Períodos letivos do PIBID.....	43
Quadro 9 -	Atividades desenvolvidas e resultados alcançados.....	44
Quadro 10 -	Atividades desenvolvidas e resultados alcançados em 2014.....	45

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

ECSAB - Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PIBID - Programa de Bolsas de Iniciação à Docência

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

CDSA - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE AMPARO-PB.....	17
2.1	REVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO AMPARO-PB.....	17
2.2	A <i>QUESTÃO AGRÁRIA</i> NO MUNICÍPIO DE AMPARO-PB.....	21
3	A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E A <i>QUESTÃO AGRÁRIA</i>.....	34
3.1	O CONCEITO DE EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA.....	34
3.2	A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E A <i>QUESTÃO AGRÁRIA</i>	37
4	A EXPERIÊNCIA DO PIBID DIVERSIDADE NA ESCOLA “IDELFONSO ANSELMO DA SILVA” NO MUNICÍPIO DE AMPARO- PB.....	40
4.1	A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFCG.....	40
4.2	O PIBID DIVERSIDADE.....	41
4.3	A ESCOLA MUNICIPAL “IDELFONSO ANSELMO DA SILVA”.....	42
4.4	A RELAÇÃO ENTRE O PIBID DIVERSIDADE E A <i>QUESTÃO AGRÁRIA</i>	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	49
	ANEXOS.....	53

1 INTRODUÇÃO

O problema investigado foi de pensarmos o tema *questão agrária*¹ como possibilidade para a *Educação Contextualizada* no município de Amparo-PB e, mais ainda, buscamos averiguar se o referido tema foi tomado como objeto de preocupação pelo Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID Diversidade, desenvolvido pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande, campus Sumé, entre 2011 e 2014, na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Idelfonso Anselmo da Silva”, situada na sede do citado município.

O nosso interesse em pesquisar um objeto que trate da questão da desigual divisão da terra no município de Amparo-PB tem a ver com a nossa própria experiência enquanto pessoa que viveu e vive uma realidade camponesa marcada pela condição de trabalho sofrida imposta pelo poder do latifúndio que sempre dominou em todas as esferas da vida dos trabalhadores rurais. Tendo em vista a identificação dessa condição econômica de exploração sobre a maioria do povo camponês, nos veio a inquietação de analisarmos se o paradigma da *Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido* se propõe ou não a discutir a partir das questões materiais (econômicas) dessa região. Ao mesmo tempo, nosso interesse se amplia por termos participado como aluna bolsista do PIBID Diversidade na citada escola, durante os quatro anos de minha graduação em Educação do Campo.

A relevância de estudar um objeto como esse tem a ver, sobretudo, com a nossa inquietação em compreender a realidade agrária no nosso município, um tema que, até o presente momento, foi muito pouco estudado e analisado academicamente, bem como entendê-lo como possibilidade para uma educação contextualizada.

Assim, tivemos como objetivo geral investigarmos a *questão agrária* do município de Amparo-PB, com o intuito de pensarmos este tema a partir do que propõe o paradigma da educação contextualizada para a convivência com o Semiárido, buscando perceber se ele foi tomado como objeto de preocupação pelo Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID Diversidade, desenvolvido pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande, campus Sumé, entre 2011 e 2014, na Escola

¹ O conceito de *questão agrária* diz respeito às formas como as pessoas vão se apropriando da terra enquanto *meio de produção*, ao desenvolvimento das *relações de produção* advindas da concentração da propriedade da terra e, por consequência, às *lutas de classes* travadas entre os explorados e os que conseguiram o domínio e o controle da terra. (Sodré, 1962; Guimarães, 1963).

Municipal de Ensino Fundamental “Idelfonso Anselmo da Silva”, situada na sede do citado município².

Especificamente, procuramos: apresentar como a *questão agrária* se apresenta no município de Amparo-PB; situar os fundamentos teóricos da Educação Contextualizada, analisando se a mesma trata a *questão agrária*; e analisar se a *questão agrária* brasileira, do Semiárido e, especificamente, e do município de Amparo foi tomado como objeto de preocupação do PIBID Diversidade, desenvolvido pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande, campus Sumé, entre 2011 a 2014, na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Idelfonso Anselmo da Silva”, situada na sede do citado município.

Nosso referencial teórico-metodológico será o materialismo histórico-dialético (Marx, 1983), tendo em vista que, por meio do mesmo, será possível a compreensão das problemáticas levantadas sobre a *questão agrária* do município de Amparo, no Cariri paraibano, buscando compreendermos como se deu esse processo de divisão de terras entre os latifundiários e os camponeses. O materialismo histórico em Marx vai explicar a história das sociedades humanas através de fatos históricos, com um foco voltado a partir dos processos e relações econômicas.

Nesta perspectiva, o materialismo histórico pode ser entendido como a concepção marxista que trata dos modos de produção da sociedade, de seus elementos constituintes e determinantes, de sua gênese, da transição e da sucessão de um modo de produção a outro. Não diz respeito apenas ao modo de produção capitalista, mas a todos os modos de produção historicamente determinados: como o das comunidades primitivas, da antiguidade, da escravidão, do feudalismo, do capitalismo e do socialismo (Oliveira; Hespanhol, 2003, p. 143).

Para o presente *modo de produção* (capitalista), podemos aplicar o conjunto teórico-metodológico do materialismo histórico dialético ao observarmos nele o conjunto das *forças produtivas*³ e das *relações de produção*⁴. Sobre isso, vejamos:

² O PIBID Diversidade da Licenciatura em Educação do Campo (UFCG-CDSA) existiu entre 2010 e 2018, mas o nosso recorte de análise foi o período entre os anos 2011 e 2014, no qual a autora da presente pesquisa fez parte do mesmo como aluna bolsista.

³ As *forças produtivas* abrangem os *meios de produção* e a *força de trabalho* empregada para a produção material. Portanto, dentro das *forças produtivas* temos tanto fatores objetivos, como os objetos de trabalho (máquinas, matérias-primas, etc.) e meios de trabalho (como os objetos que auxiliam nas atividades laborais ou as condições de trabalho), quanto fatores subjetivos ligados ao trabalho, como o próprio trabalho intelectual ou o braçal. Bottomore, 1988, p. 254.

⁴ As *relações de produção* são as formas como os seres humanos desenvolvem suas *relações de trabalho* e distribuição no processo de produção e reprodução da vida material. Assim, as *relações de produção* condizem com o *modo de produção*, isto é, por exemplo, o *modo de produção* capitalista faz com que haja *relações de produção* de exploração salarial, etc., entre classe dominante e dominada, aquela possui a propriedade privada dos *meios de produção* e a outra é impedida de possuir os *meios de produção* e é detentora apenas da *força de trabalho*. Cf. Bottomore, 1988, p. 15.

Em seu entendimento, o corpo de conceitos do materialismo histórico constitui-se em forças produtiva, relações sociais de produção, determinações, infraestrutura, superestrutura, estrutura ideológica, estrutura jurídica-política, modo de produção, formação social (IDEM).

A partir desse perspectiva teórico-metodológica, o nosso estudo buscou apontar reflexões sobre a *questão agrária* com o intuito de identificarmos como a mesma se apresenta em Amparo-PB, assim como compreendermos o processo da *luta de classes* que se deu para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra no citado município. Neste sentido, sabemos que os estudos acadêmicos sobre a *questão agrária* no Semiárido são poucos e recentes, onde vale destacar que esta será a primeira pesquisa sobre o tema no município de Amparo-PB. Para tanto, faremos uso das seguintes fontes: historiografia paraibana, sesmarias, inventários, Censos Agropecuários, dados do IBGE e do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), relatórios e artigos do PIBID Diversidade.

Problematizamos o debate teórico sobre a *Educação contextualizada para a convivência com o Semiárido* em Silva (2010), Reis e Silva (2019), Dourado (2012), e Farias e Pinheiro (2011). De acordo com Silva (2010, p. 04);

Quando se pensa em educação contextualizada é importante ter presente que uma das primeiras preocupações do (a) professor (a) na sala de aula é conhecer os (as) estudantes, as experiências, entendimentos sobre o mundo e as coisas no mundo. Seja qual for a classe a qual pertençam ou o ambiente em que vivem, todos chegam à escola trazendo um mundo de informações que não pode ser desconsiderado na construção do processo de ensino/aprendizagem. [...] Esses já seriam os primeiros passos da contextualização.

De acordo com Silva (2010), a educação contextualizada contribui para a aprendizagem significativa, pois é um processo que proporciona a compreensão do sentido dos fatos e da vida buscando fazer uma interligação entre o saber prévio no qual todos ensinam e aprendam. Para essa autora, contextualizar é problematizar o objeto em estudo a partir dos conteúdos dos componentes curriculares fazendo a vinculação com a realidade situando-os no contexto e retornando com um novo olhar. A contextualização da educação escolar se apresenta como um processo com o intuito de discutir argumentos e pensamentos diferentes. Assim, buscaremos problematizar se essa perspectiva de educação se preocupa em orientar os formadores educacionais a contextualizarem sua realidade local a partir dos seus processos e relações econômicas.

Os autores Reis e Silva (2019) trazem que a *Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro* (ECSAB) é uma perspectiva na compreensão dos processos formativos diante das múltiplas realidades que as pessoas trazem consigo, dizendo

que a escola tem como papel a formação buscando qualificar as pessoas para uma visão mais crítica e autônoma, com o intuito de fazer surgir novas perspectivas de sociedade em que seja possível se viver com a sustentabilidade do território e que, assim, se é possível romper com os paradigmas que existem. Assim, para esses autores:

A educação para a convivência com o semiárido se a qualquer forma de educação que se negue o contexto do semiárido, ignorando ou secundarizando as inúmeras possibilidades que essa região comporta e os saberes aí construídos. Dessa forma, essa proposta preconiza uma educação que contemple as especificidades, as potencialidades da região, tanto as naturais, como as culturais e, especialmente, as diferentes formas de enfrentamento dos problemas gerados pelas condições climáticas que são peculiares nessa região como as estratégias de convivência com o semiárido, materializadas nas diferentes tecnologias sociais que vem sendo construídas no cotidiano dos sujeitos que vivem neste lugar (REIS e SILVA, 2019, p. 72).

Essa perspectiva de educação diz buscar valorizar os conhecimentos prévios de cada sujeito, tais conhecimentos que são passados de geração em geração.

Bem sabemos que, através do livro didático, a região Nordeste traz consigo uma imagem negativa de miséria, pobreza e falta de água. Como destacam Reis e Silva (2019, p.75), “Os livros didáticos que circularam e circulam nesta região quase sempre informam essa caricatura do semiárido dos miseráveis, onde o sujeito que vive no semiárido é visto como ignorante, sem autonomia e sem criatividade.” Diante disto, surge a ideia de que é impossível encontrar solução para os problemas, o sentimento de impotência nas condições de vulnerabilidade. Segundo esses autores, daí advém a importância da educação contextualizada para o processo de emancipação humana, qualificando os sujeitos para serem críticos e autônomos, onde vale salientar que cada sujeito é muito importante, porque traz um conhecimento único.

Reis e Silva (2019) destacam que é preciso ressignificar os conteúdos dos diferentes componentes curriculares, tornando o currículo preñado de oportunidades de construção de conhecimentos significativos na vida dos estudantes. Ou seja, utilizar as temáticas que fazem parte da realidade do sujeito para que seja possível a ampliação dos seus conhecimentos. Ao problematizarmos essa orientação a consideramos como portadora de uma visão messiânica do procedimento didático.

Dito isso sobre o que propõe a *Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro* (ECSAB), buscamos investigar se por meio dela é possível discutir as questões econômicas dessa região e, especificamente, do município de Amparo-PB. Para isso, nossas fontes serão os principais autores que tratam dessa proposta, quais sejam: Silva (2010) e Reis e Silva (2019)

Por fim, tomamos os registros do PIBID – Diversidade (relatórios e artigos) como fontes para investigarmos se os mesmos tomaram a *questão agrária* brasileira e, especificamente, do Semiárido como preocupação desse programa de ensino que desenvolvido pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande, campus Sumé, entre 2010 e 2018, na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Idelfonso Anselmo da Silva”, situada na sede do município de Amparo.

Sendo assim, o nosso TCC está organizado em três momentos: o *Capítulo I*, onde discutiremos como a *questão agrária* se apresenta no município de Amparo-PB; o *Capítulo II*, onde situamos os fundamentos teóricos da Educação Contextualizada, analisando se a mesma trata a *questão agrária*; e o *Capítulo III* em que analisamos se a *questão agrária* brasileira, do Semiárido e, especificamente, e do município de Amparo foi tomado como objeto de preocupação do PIBID Diversidade, desenvolvido pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande, campus Sumé, entre 2010 e 2018, na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Idelfonso Anselmo da Silva”, situada na sede do citado município.

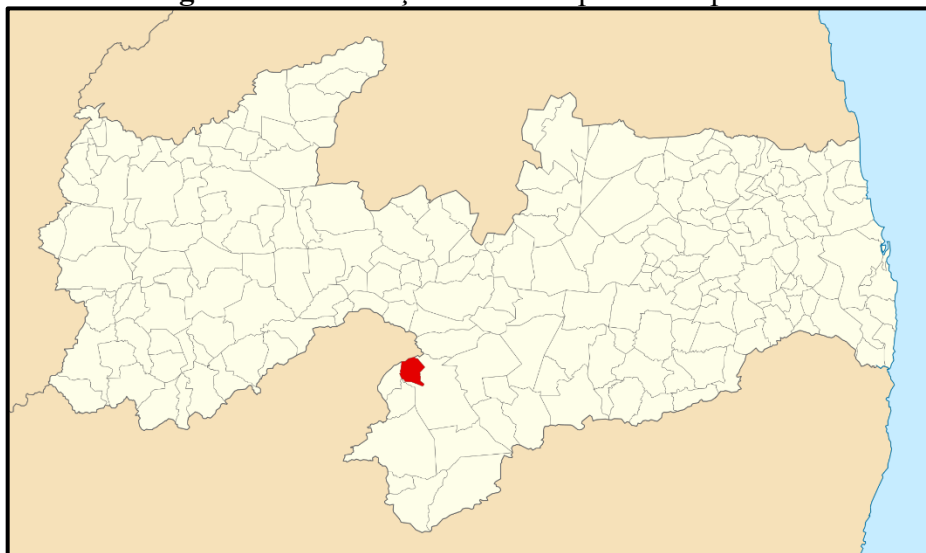
2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE AMPARO-PB

O objetivo deste capítulo foi o de apresentar como a *questão agrária* se verifica em Amparo-PB, um dos vinte e nove municípios do Cariri paraibano.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO AMPARO-PB

O município de Amparo, criado no ano de 1994, encontra-se inserido nos domínios da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba, na Região do Alto Paraíba⁵. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem como principais tributários os riachos da Jureminha, Cariri, dos Caboclos, do Boi, Soberba, Olho d' Água, do Açude Novo e da Barroca, a maioria de regime intermitente. Conta com os açudes Escurinho e Pilões, com capacidade de acumulação de 13.000.000 m³, além da Lagoa do Meio.

Imagem 1 - Localização do município de Amparo-PB



Fonte: IBGE, 2022.

O município está incluído na área geográfica de abrangência do Semiárido⁶ brasileiro, cujos critérios para tanto são o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca, como

⁵ Amparo foi instituído como distrito em 18 de novembro de 1952, pela lei estadual 816, subordinado ao município de Sumé, e a sua emancipação municipal se deu pela lei estadual nº 5984, de 29 de abril de 1994, que só foi instalado em 01 de janeiro de 1997.

⁶ O clima Semiárido é um tipo de clima caracterizado pela baixa umidade e pouco volume pluviométrico, apresentando precipitação de chuvas média entre 200 mm e 400 mm. Corresponde ao número de 1.427 municípios de 11 estados brasileiros, 9 dos quais na região Nordeste e 2 da região Sudeste. O bioma predominante do Semiárido brasileiro é a Caatinga, que ocupa uma área de cerca de 862.818 km², o equivalente a 10,1% do território nacional. No vasto território do Semiárido, onde imperam climas muito quentes, chuvas escassas, periódicas e

definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. De acordo com o último censo populacional (IBGE, 2022), sua área territorial de 122,094 km² e sua população era estimada em 2.234 habitantes.

A historiografia diz que a região era habitada quando da invasão portuguesa pelos índios sucurus. Ao que parece, a presença de humanos naquele território é muito antiga, pois há registros de arte rupestre ali que deixam pistas nesse sentido. A arte rupestre é o nome dado às primeiras produções artísticas realizadas pelos seres humanos durante a Pré-história. A arte rupestre é representada por pinturas e gravuras ou ambas associadas. Essa produção artística surgiu ainda durante o período Paleolítico, em torno de 30 mil anos atrás, e continuou a ser praticada durante o período subsequente. Tendo em vista que as pinturas foram executadas, principalmente em matacões de natureza granítica, sendo algumas de dimensões consideráveis, embora as vezes esses desenhos estejam inseridos em concavidades da rocha, ficando protegidas. De acordo com Almeida (1979), a grande maioria dos desenhos é abstrata, o objetivo não sendo representado tal como é visto ou encontrado na realidade, mas esquematicamente ou simplificadamente.

Existe no município de Amparo, no sítio Olho D'água dos Caboclos, uma rocha com desenhos rupestres, cuja propriedade é do senhor Paulo Anselmo da Silva, localizado a 5,1km da cidade. Se trata de um local desconhecido pela população do município, apenas algumas pessoas sabem da existência dessas pinturas rupestres, muitos não veem nem importância.

Atualmente a rocha que tem artes rupestres se encontra destruída contendo apenas alguns pedaços dos desenhos. Segundo o proprietário quando Amparo se tornou cidade necessitou-se de rochas para fazer de paralelepípedo para a construção do calçamento, daí ele fez a doação de rochas de sua propriedade, então um senhor dinamitou a rocha (com as pinturas rupestres) quebrando, assim, ela e suas artes. A seguir apresentamos três imagens da citada rocha:

irregulares, vivem aproximadamente 31,7 milhões de brasileiros, o que faz dessa a região semiárida mais povoada do mundo (alta taxa de fertilidade). Cf. Resolução CONDEL/SUDENE nº 150, de 13 de dezembro de 2021.

Imagem 2 - Pintura rupestre Sítio Olho D'água dos Caboclos



Fonte: Arquivo da autora.

Imagem 3 - Pintura rupestre Sítio Olho D'água dos Caboclos



Fonte: Arquivo da autora.

Imagem 4 - Pintura rupestre Sítio Olho D'água dos Caboclos



Fonte: Arquivo da autora.

Imagem 5 - Pintura rupestre Sítio Olho D'água dos Caboclos



Fonte: Arquivo da autora.

Consideramos também que os agentes naturais de erosão e a ação humana acabam desgastando essas pinturas que são as mais antigas fontes sobre a presença humana naquele território.

De acordo com a tradição oral, o nome Amparo surgiu por conta que, durante tempos chuvosos, as pessoas em trânsito se amparavam e se abrigavam na casa das pessoas sendo bem recebidas pelos povos que ali moravam, com isso surgiu o nome Amparo. Já o sítio Olho D'água

dos Caboclos surgiu por conta de um rio que, embora nos períodos de seca a água baixasse, ao se cavar no seu leito sempre se encontrava um olho de água e nos outros lugares não se encontrava água. Segundo o senhor Luiz Batista, quando se cavava neste local aparecia um grande raio de água, sendo possível encher potes e armazenar água em suas casas para consumo e o nome Caboclos se deu por conta dos índios que haviam nesta região “os Caboclos Brabos”. Assim, dando origem ao nome Olho D’água dos Caboclos.

2.2 A *QUESTÃO AGRÁRIA* NO MUNICÍPIO DE AMPARO-PB⁷

Durante a colonização portuguesa as terras foram distribuídas no Brasil por meio de *sesmarias*⁸, visando a colonização do território a partir de 1530, perdurando até 1822. Assim, as sesmarias foram o principal estatuto jurídico na distribuição de terras. tanto em Portugal como no Brasil. Desta forma, o instituto das sesmarias trazido de Portugal foi se moldando à política de lá que vinha desde o período medieval (1375), para o Brasil após a colonização (1534), perdurando até a “independência” (1822), com intuito de ocupação territorial.

Assim, com relação ao território do atual município de Amparo, conseguimos identificar o registro da primeira sesmaria que corresponde àquela área. Vejamos:

N.º 279 em 3 de Dezembro de 1740

Bartholomeu Alves Martins, filho familia do sargento-mór Custodio Alves Martins andava nos estudos com a pretensão de se ordenar sacerdote e para bem de seo patrimonio que queria fazer em gados e terras no sertão do Cariry, em um riacho que chamão do *Amparo*, que pela falta d’agua estava devoluto e nunca fora povoado; c porque elle supplicante a custa de sua intelligencia, trabalho c dispendio lhe queria fazer agua para o poder povoar, requeria em dito riacho para seo patrimonio uma legoa e meia de terra de comprido pelo dito riacho acima e meia legua de largura nas partes e logares em que o supplicante melhor podesse faser as ditas aguas e mais beneficios: outro sim queria mais o supplicante nas cabeceiras de um riacho secco por nome *S. Paulo*, onde chamão *Serra Comprida* outra legua e meia de terras em comprido no dito riacho e meia legua de largura nas sobras de uma sesmaria de tres leguas de terras que no dito riacho se achava povoada com uma fazenda chamada *S. Paulo*, e que o supplicante queria para logradouro dos seus gados, por ficarem os ditos dois riachos misticos um com outro sem que fosse prejuizo á dita sesmaria, que de presente se achava povoada e nem a outro qualquer, ficando inteirado nos ditos dois riachos de tres legoas de comprido e uma de largo. Fez-se a concessão, no governo de Pedro Monteiro de Macedo. (Tavares, 1982, p. 160-161). (Grifos nossos).

⁷ Muito do texto a seguir é resultado das investigações que realizamos enquanto integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência no Cariri Paraibano (NUCARIRI), juntamente com outros colaboradores que investigaram realidades agrárias de outros municípios do Cariri paraibano e, por isso, alguns dos elementos textuais de nossa escrita se assemelham aos dos mencionados colaboradores.

⁸ As sesmarias foram institutos jurídicos de concessão de terras que existiam em Portugal desde o período medieval e que foram implementadas no Brasil com o intuito de colonização do território.

Essa sesmaria está relacionada a uma doação de terras feita do sítio Amparo, em 1740, a Bartholomeu Alves Martins⁹, cujas dimensões atualmente se estendem entre os municípios de Amparo e Prata. O requerente era filho do Sargento-mór Custodio Alves Martins¹⁰, que já havia solicitado a sesmaria do sítio São João, em 17/11/1699, situado entre Prata/Ouro Velho.

Quarenta e seis anos depois (1786), mais dois irmãos de Bartholomeu requereram por sesmaria mais terras naquelas imediações, como segue:

N.º 850 em 4 de Agosto de 1786

Custodio Alves Martins e seu irmão João Alves Martins, moradores nas cabeceiras do Cariry de Fôra, como filhos e herdeiros do falecido seu pae sargento-mór Custodio Alves Martins, dizem que se acham dominando e possuindo, por si e pelo dito seu pae, ha muitos annos, uma sorte de terras no olho d'agua **Pedra da Bixa** que por estar devoluta delia se apossara o dito seu pae e para titulo legitimo pedem por sesmaria, com tres leguas de comprido e uma de largo, meia para cada parte, pegando no olho d'agua da Pedra da Bixa correndo para o nascente a entestar com terras do **Amparo** e para o poente extremado com a terra dos Grossos de S. Pedro e para o norte extremado com terras de S. Antonio e S. Pedro e para o sul extremado com terras de S. Paulo fazendo sempre peão no sobredito Olho d'Agua. Foi feita a concessão, no governo de Jeronymo José de Mello Castro. (Tavares, 1982, p. 415-416). (Grifos nossos).

Os dois requerentes, Custodio Alves Martins Filho¹¹ e João Alves Martins, solicitaram terras no olho d'agua Pedra da Bicha, este que atualmente é um sítio do município de Amparo. Mas, as dimensões requeridas abrangiam terras que hoje fazem parte dos municípios de Amparo, Prata e Ouro Velho. Ao que parece, a família Alves Martins se tornou ali grande detentora de terras ao longo do século XVIII. Identificamos aqui a lógica das primeiras famílias colonizadoras como proprietárias de terras e de poder que se perpetua até os dias atuais.

Um importante repositório para o estudo da *questão agrária* no século XIX é o site <https://eap.bl.uk/>, onde se encontra o *Projeto Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica do século XVII ao XIX em São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil*¹². Nesta plataforma digital conseguimos localizar a base de dados com os 912

⁹ Bartholomeu Álvares Martins (1722-?) foi casado com Úrsula Maria da Conceição (1726-?) e tiveram 6 filhos: Antônio Alves de Miranda Varejão (1748-?), Úrsula Maria do Sacramento (1760-?), Joana Felícia do Espírito Santo (1772-), Bento Alves de Miranda Varejão, José Alves de Miranda Varejão e João Álvares de Miranda Varejão. Cf. FamilySearch.

¹⁰ O Sargento-Mor Custódio Alvares Martins (1670–1760) era casado com Juliana Marreyros de Oliveira (1702–?) e tiveram 4 filhos: Bartholomeu Álvares Martins (1722–?), Rosa Maria das Virgens (1720–?), Custódio Alves Martins Filho (1725–?) e João Alves Martins (1726–?). Cf. FamilySearch.

¹¹ Custódio Alves Martins Filho (1725-?) foi casado com Ana Maria de Mello (1728-) e tiveram 5 filhos: Maria Alves de Mello (1760-?), Izabel (1765-?), Joao Martins (1766-?), Maria de Mello Martins (1768-?), Gonçalo Alves (1780–1795). Cf. FamilySearch.

¹² Este projeto foi financiado pelo Programa Arquivos Ameaçados da Biblioteca Britânica (Inglaterra), foi iniciado em 2013 e finalizado em 2015. Teve por finalidade digitalizar os mais antigos documentos históricos provenientes da paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, em São João do Cariri, e dos arquivos do Instituto Histórico e

inventários¹³ de fazendeiros, datados entre os anos de 1782 e 1900, que integram a Coleção do Fórum Nivaldo Farias de Brito da Comarca de São João do Cariri. Ao realizarmos um filtro na lista sumário deste acervo a partir do nome das fazendas Amparo e Pedra Bicha, conseguimos identificar 2 inventários que apresentam, entre os bens arrolados, terras da primeira fazenda citada. Vejamos:

Quadro 1 - Inventários dos fazendeiros que aparecem como proprietários de terras no território do município de Amparo

Inventariado	Ano	Inventariante	Descrição dos bens
Francisco Alves Pequeno	1796	Maria Izidoro	Relicário, cruz de ouro, laço de ouro com pedras brancas, talheres de prata, bacia de cobre, escravos (mulatos, nação angola, crioulos, cabra), gado vacum, cavalar e cabrum, ovelhas, morada de casa, uma légua de terra em Capivara, sítios (Amparo , Tanques), dividas ativas e passivas.
Anna Maria da Penha	1840	Carlos Rodrigues de Barros	Dinheiro em moeda; móveis; objetos em cobre; gados, cavalos; escravizados (mulata, Angola); bens de raiz (terras no sítio Amparo , casa no sítio das Várzeas). Consta prestação de contas de tutoria.

Fonte: <https://eap.bl.uk/>. Quadro elaborado pela autora do texto. (Grifos nossos).

Nos 2 inventários, vemos que são citadas, como descrição dos bens, terras no sítio Amparo¹⁴. Há a possibilidade de que os fazendeiros inventariados sejam descendentes dos solicitantes das sesmarias de 1740 e 1786 acima mencionadas. De certo é que os nomes citados no quadro acima são os dos grandes proprietários de terras no município em estudo no século XIX¹⁵.

A história oficial do município de Amparo disposta no site do IBGE diz que “Sua história começou na primeira metade do século XIX, sua emancipação proporcionou-se no dia 29 de abril de 1994, sendo sua instalação no dia 01 de janeiro de 1997. A origem de Amparo

Geográfico Paraibano e Arquivo Histórico da Paraíba, em João Pessoa. Esses registros são fundamentais para estudos da escravidão, dos africanos escravizados, das populações indígenas, da miscigenação e distribuição da terra no Nordeste brasileiro. Cf. <https://eap.bl.uk/>.

¹³ Inventário é o processo pelo qual se faz um levantamento de todos os bens de determinada pessoa após sua morte. Através deste são avaliados, enumerados e divididos os bens deste para os seus sucessores.

¹⁴ Para uma maior certeza de que se trata das fazendas que compõem o atual município de São José dos Cordeiros, consideramos que há a necessidade de cruzarmos esta fonte com outras que também as mencionem, uma vez que existiam mais de uma fazenda com o mesmo nome na circunscrição que abrangia do Cariri de Fora.

¹⁵ Há também a possibilidade de investigarmos mais sobre estes proprietários de terras e suas fazendas por meio dos registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos dispostos nos Arquivos da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri. Tais registros, referentes ao povo africano escravizado, foram organizados em tabelas de Excel pelos pesquisadores Solange Mouzinho Alves (2015) e Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015) quando da realização de seus mestrados junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB e repassadas ao professor Faustino Teatino Cavalcante Neto, líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência no Cariri Paraibano (NUCARIRI/UFCG/CDSA/UAEDUC), para fins de pesquisas. Para a presente pesquisa não conseguimos analisar esses dados.

teve início com a chegada dos colonos, para cá atraídos pela facilidade da instalação de fazendas de gado, aproveitado um trabalho já existente realizados pelos índios Sucurus.” Logo, essa versão oficial registra as fazendas como ali existindo apenas após o século XIX.

A primeira fonte que traz os nomes dos imóveis rurais e de seus proprietários é o Censo Agropecuário de 1920, sendo, portanto, uma fonte muito importante para a construção da história da *questão agrária* dos municípios brasileiros. A partir do recorte que se refere ao território que corresponde ao atual município de Amparo, conseguimos identificar 4 estabelecimentos rurais que se apresentam como pertencendo a 20 pessoas daquele território. Vejamos:

Quadro 2 - Imóveis rurais e seus declarantes no território que corresponde ao atual município de Amparo – 1920

Nº	Estabelecimento rural	Nº	Declarante
01	Caçara	01	Ignacio Francisco Maciel
		02	Bernardo Francisco Maciel
02	Olho D'agua dos Caboclos	03	José M de Lima
		04	Antônio F de Andrade
		05	Terto Borges da Silva
03	Amparo	06	Gedeão F. da Costa
		07	Virtuosa N de Britto
		08	Elydio J de Assumpção.
		09	Lourenço Ferreira de Britto
		10	Izidro Nery de Britto
		11	Cecilia M da Conceição
		12	Pedro José Macena
		13	José M Ferreira
04	Pedra da Bicha	14	Francisco Ferreira
		15	Izidro Alves Cerqueira
		16	Paulino Soares da Silva
		17	Firmino Alves Siqueira
		18	Secundino Alves de Britto
		19	Florentino Alves de Siqueira
		20	Flotentino Alves de Siqueita Netto

Fonte: Censo Agropecuário de 1920. Quadro elaborado pela autora do texto.

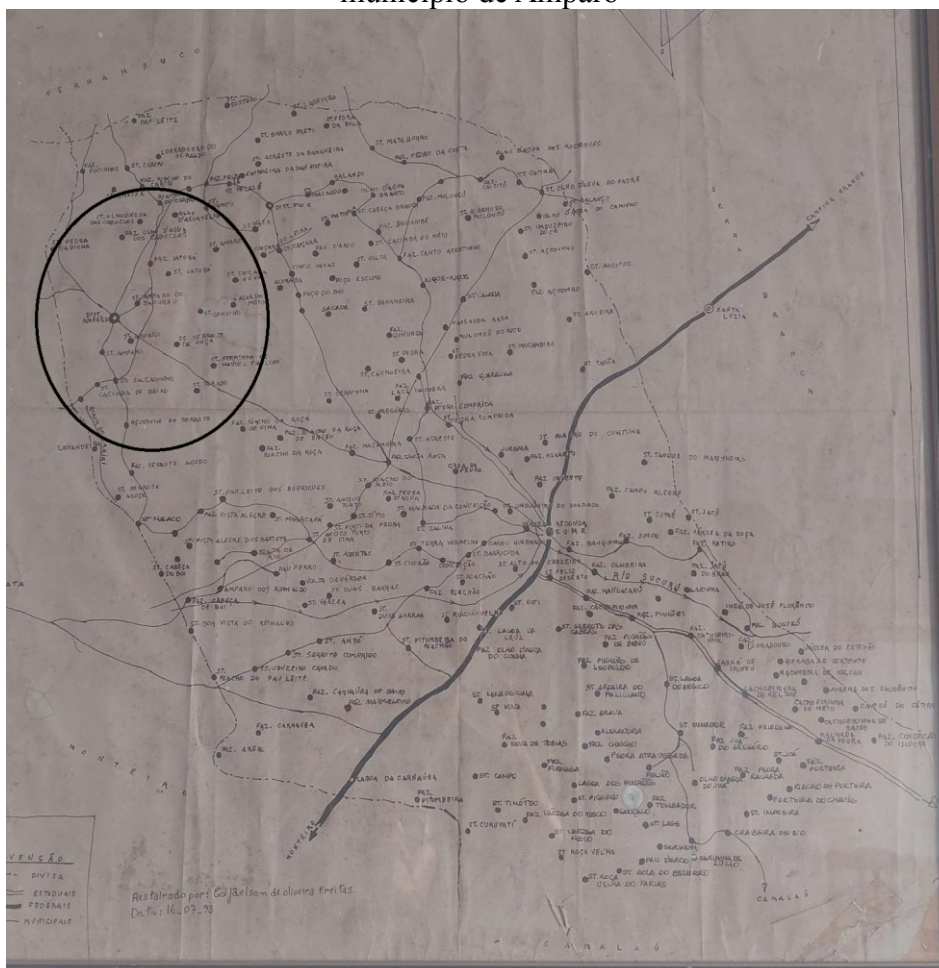
Este Censo Agropecuário de 1920 teve o mérito de ter sido o primeiro a relacionar os nomes dos grandes imóveis rurais e dos fazendeiros que eram seus *proprietários*, bem como os nomes dos pequenos imóveis rurais e dos camponeses que eram seus *posseiros*¹⁶, porém, ele não cita o tamanho dos ditos imóveis. De todo modo, se trata de uma rica fonte para o estudo

¹⁶ Juridicamente há uma diferença entre *posse* e *propriedade*. De acordo com o Código Civil, a *posse* não dar os efeitos reais de propriedade sobre a coisa; já a *propriedade* dar a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. Isso significa que aquele que é *proprietário* é também *possuidor*, mas nem todo *possuidor* é também *proprietário*. Cf. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

da *questão agrária* no município em análise, uma vez que, por meio dele se é possível buscar verificar a continuidade dos descendentes das primeiras fazendas dos séculos XVIII e XIX como seus proprietários.

No mapa do município de Sumé de 1951 (reproduzido em 1998), do qual o atual município de Amparo fazia parte até 1994, também conseguimos identificar o nome dos imóveis rurais que faziam parte daquele território. Vejamos:

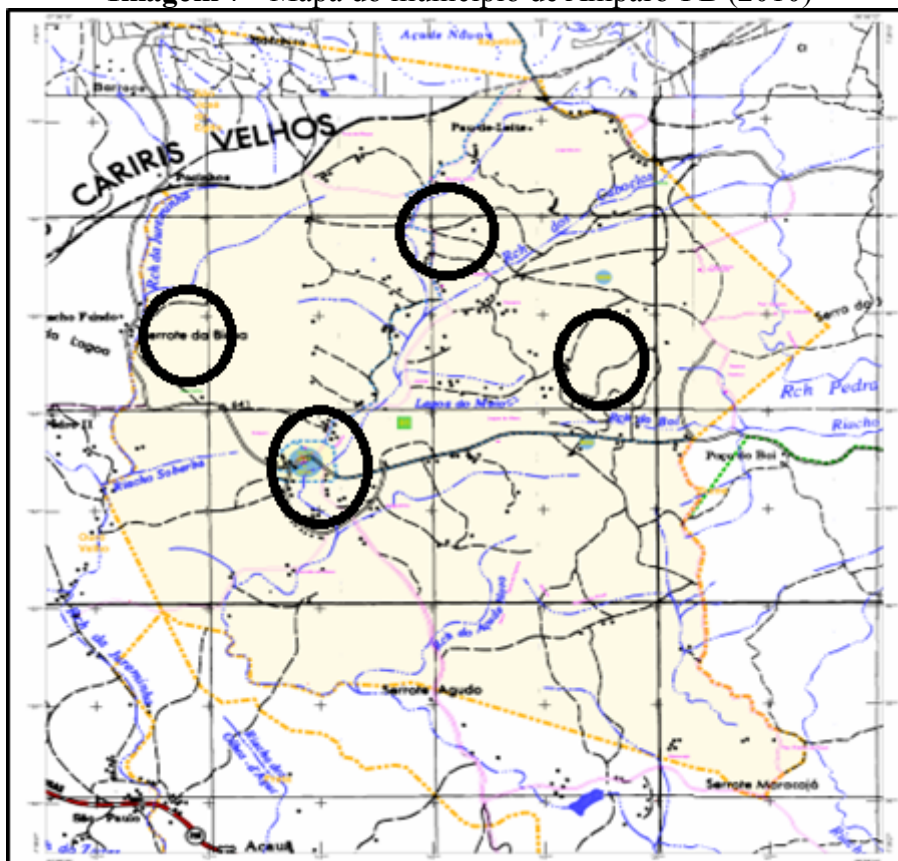
Imagem 6 - Mapa do município de Sumé-PB (1951) com destaque para o território do município de Amparo



Fonte: Memorial Sucurú.

A seguir apresentamos o mapa do município de Amparo (IBGE, 2010), onde temos uma melhor ideia do tamanho do seu território.

Imagem 7 - Mapa do município de Amparo-PB (2010)



Fonte: IBGE-censo, 2010.

Buscando verificar tanto a predominância do latifúndio como a permanência das mesmas famílias com suas proprietárias naquele território, lançamos mãos de fontes que dão conta de dados mais atuais daquela realidade agrária. A primeira destas fontes foi o Censo Agropecuário de 2017, segundo o qual, o município de Amparo tem 248 estabelecimentos agropecuários que totalizam uma área de 6.066 hectares. A seguir apresentamos a condição legal dos produtores em relação as terras que foram declaradas.

Quadro 3 - Condição do produtor em relação às terras no município de Amparo - 2017

Condição do produtor em relação às terras	Nº de Estabelecimentos
Proprietário, inclusive os coproprietários de terras tituladas coletivamente	216
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	17
Arrendatário	3
Parceiro	4
Comodatário, inclusive com termo de autorização de uso sustentável – taus	1
Ocupante - a justo título ou por simples ocupação	4
Produtor sem área	3
TOTAL	248

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Ao analisarmos os Censos Agropecuários de 2017, vemos que o IBGE adotou para a condição legal do produtor as diferentes categorias, a saber: *Proprietário*; *Assentado*; *Arrendatário*; *Parceiro*; *Comodatário*; e *Ocupante*. O IBGE concebe um significado para cada uma dessas categorias considerando a condição legal das terras e sua utilização. Vejamos:

Área de terras próprias – quando a área é de propriedade do produtor;

Área de terras concedidas por órgão fundiário, sem título definitivo (inclusive assentamento e com concessão de direito real de uso) – quando a área é concedida por órgão fundiário e à qual ainda não havia sido outorgado o título definitivo de propriedade até a data de referência, como: título de domínio ou concessão de direito real de uso, título de ocupação colonial, título provisório ou outro (inclusive em regime de posse não titulada), e assentamentos;

Área de terras arrendadas – quando a área é de propriedade de terceiros e estava sendo explorada pelo produtor mediante pagamento, previamente ajustado, de uma quantia fixa, em dinheiro ou sua equivalência em produtos;

Área de terras em parceria – quando a área é de propriedade de terceiros e estava sendo explorada pelo produtor mediante pagamento, previamente ajustado, de parte da produção (meia, terça, quarta etc.);

Área de terras em regime de comodato (contrato ou acerto entre as partes) – quando a área é de propriedade de terceiros e, na data de referência, estava sendo explorada pelo produtor mediante contrato ou acerto entre as partes, no qual somente o produtor (comodatário) assume as obrigações; e

Área de terras ocupadas – quando a área (pública ou particular) é de propriedade de terceiros, e o produtor nada pagava pelo seu uso (ocupação ou posse). (Censo Agropecuário, 2017, p. 17-18).

Se é possível notar que, fora a primeira categoria (*Proprietário*), as demais (*Assentado*; *Arrendatário*; *Parceiro*; *Comodatário*; e *Ocupante*) não possuem terras. No caso de Amparo, o Censo registra 216 proprietários de imóveis rurais e 32 pessoas que não tem terras e que, por isso, as alugam ou as ocupam. Estes dados também podem ser correlacionados com os do Censo Demográfico de 2022, que diz que a população total era de 2.234, no sentido de refletirmos que nem todos dessa população têm acesso à terra naquele município.

No que diz respeito à categoria de *Proprietário*, vemos que ela reflete a predominância da propriedade privada dos *meios de produção* na agricultura, onde os *proprietários* têm o controle sobre a terra. Já na categoria *Assentado*, há a presença de apenas 17 (dezessete) estabelecimento sugerindo que, apesar de legalidade da concessão ou posse definitiva de terras, esta forma de acesso à terra não é prevalente ou acessível para a maioria dos produtores. Com relação as categorias *Arrendatário* e *Parceiro*, a presença de apenas 07 (sete) estabelecimentos em cada uma dessas categorias sugere, mais uma vez, a concentração de poder nas mãos dos proprietários de terra, que podem deter a maior parte do controle sobre a produção agrícola, enquanto os *arrendatários* e *parceiros* enfrentam relações desiguais de poder, de produção e de

exploração¹⁷. Por fim, com relação as categorias de *Comodatário*, *Ocupante* e *Produtor sem área* a presença do total de 8 estabelecimentos nessas categorias indica a existência de formas de acesso à terra que podem estar fora do sistema formal de propriedade privada, como ocupações de terras ou acordos de comodato. Isso reflete as *contradições* entre a histórica demanda por acesso às terras por parte dos trabalhadores rurais e a estrutura legal e econômica dominante que favorece os *proprietários* de terra.

Após apresentar que o município de Amparo tem 248 estabelecimentos agropecuários que totalizam uma área de 6.066 hectares e a distribuição destes estabelecimentos por categorias de produtores (*Proprietário*; *Assentado*; *Arrendatário*; *Parceiro*; *Comodatário*; e *Ocupante*), o Censo Agropecuário de 2017 também traz a quantidade de hectares que cada uma destas categorias têm acesso. Vejamos:

Quadro 4 - Condição do produtor em relação às terras (hectares) no município de Amparo - 2017

Condição do produtor em relação às terras	Hectares
Proprietário, inclusive os coproprietários de terras tituladas coletivamente	5.293
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	327
Arrendatário	
Parceiro	268
Comodatário, inclusive com termo de autorização de uso sustentável – taus	-
Ocupante - a justo título ou por simples ocupação	
TOTAL	5.888

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Os resultados expostos revelam a concentração de terras entre os proprietários, ou seja, entre aqueles que tem as escrituras de suas terras. Sendo estes, portanto, em sua maioria, os descendentes dos fazendeiros do século XIX. Em resumo, destacam-se as *contradições* e desigualdades inerentes ao sistema agrícola semifeudal brasileiro, onde as diferentes formas de acesso à terra refletem as relações de poder, de produção e de exploração entre os *proprietários* de terra e os camponeses *posseiros* (trabalhadores rurais).

A segunda fonte que consultamos com dados mais atuais daquela realidade agrária, para verificarmos se há a predominância do latifúndio e a permanência das mesmas famílias como suas proprietárias naquele território, foi Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)¹⁸ de 2018,

¹⁷ O povo camponês, com pouca ou nenhuma terra, continua buscando trabalhos na média e na grande propriedade onde é submetido a *relações de produção* semifeudais, a exemplo da *meia* e da *terça* (onde ele ocupa-se de todo o trabalho de plantio e reparte com o dono da terra o resultado da produção), da *sorte* (onde ele, na condição de vaqueiro, de cada quatro bezeros nascidos, geralmente, os machos, fica com um a ser entregue ao final do ano) da *conga* (onde ele produz carvão e reparte com o dono da terra o resultado da produção), dentre outras.

¹⁸ O Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) compreende o cadastro de imóveis rurais, cadastro de proprietários e detentores de imóveis rurais, cadastro de arrendatários e parceiros rurais, cadastro de terras públicas

que passamos a tratar a seguir. Importante destacar que, somente a partir das informações do SNCR, é que se é possível ter acesso aos nomes dos imóveis rurais e de seus declarantes (*proprietários e posseiros*), bem como os seus tamanhos em hectares, sendo, portanto, fundamentais para a análise da malha agrária municipal. De acordo com esta fonte, o município de Amparo, em 2018, tinha 55 imóveis rurais declarados que totalizavam 5.261,58 hectares. Vemos que são números a mais do que os informados no Censo Agropecuário de 2017. Restamos descobrirmos qual os tamanhos de cada um destes imóveis.

Para solucionarmos essa questão, sistematizamos essas informações de acordo com padrões oficiais estabelecidos pelo Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) em seu Artigo 50, com redação alterada pela Lei 6.746/1979, que enquadra os tipos de imóveis rurais existentes no Brasil como *minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade*. Para uma averiguação de tamanhos das terras rurais nesses enquadramentos se leva em consideração o “Módulo Fiscal”, conforme Instrução Especial Nº 20 de 1980, do INCRA. O Módulo Fiscal de cada município, expresso em hectares, será determinado levando-se em consideração, de acordo com Artigo 50, em seu parágrafo segundo da Lei 6.746/1979:

- a) O tipo de exploração predominante no Município:
- I - Hortifrutigranjeira;
 - II - Cultura permanente;
 - II - Cultura temporária;
 - III - Pecuária; e
 - IV - Florestal.

Desta maneira, levando em consideração os fatores apresentados na referida Lei, o município de Amparo tem a medida de 55 hectares para representar o equivalente a 1 (um) Módulo Fiscal. Posto isto, apresentamos essas conversões para o referido município no quadro a seguir.

Quadro 5 - Tipos de propriedades segundo o módulo fiscal

Tipo de Propriedade	Tamanho em módulo fiscal	Tamanho em Hectares
Minifúndio	Inferior a 1 módulo fiscal	Até 54,99 hectares
Pequena Propriedade	Entre 1 e 4 módulos fiscais	Entre 55 e 219,99 hectares
Média Propriedade	Entre 4 e 15 módulos fiscais	Entre 220 e 824,99 hectares
Grande Propriedade	Superior a 15 módulos fiscais	A partir de 825 hectares

Fonte: Estatuto da Terra, 1964. Quadro elaborado pela autora do texto.

A partir dessas normatizações e considerando os dados declarados pelos *proprietários* e *posseiros* dos 55 imóveis rurais (5.207,58 hectares) de Amparo no SNCR (Ver quadros nos anexos), podemos dizer que a divisão dos imóveis daquele município se encontra distribuída da forma posta no quadro a seguir:

Quadro 6 - Distribuição do número de imóveis rurais por área no município de Amparo

Tamanho da área (ha)	Números de imóveis	Número por área (ha)
Minifúndio (inferior a 55 ha)	42	782,29
Pequena propriedade (entre 55 e 220 ha)	05	512,50
Média propriedade (entre 220 e 825 ha)	07	2.966,79
Grande propriedade (superior a 825 ha)	01	1.000,00
TOTAL	55	5.261,58

Fonte: SNCR, 2018. Quadro elaborado pela autora do texto.

Na análise do quadro identificamos que 42 imóveis rurais são considerados “Minifúndios”, equivalente a 782,29 hectares do território municipal. Também identificamos 5 imóveis rurais equivalentes a “Pequena Propriedade”, que possuem uma área total de 512,50 hectares da área total. Seguindo o levantamento, obtivemos os dados de que 7 estabelecimentos rurais estão identificados como sendo “Média Propriedade”, possuindo 2.966,79 hectares do território municipal. Por fim, a última modalidade de estabelecimento identificada, a “Grande Propriedade” ou latifúndio, reúne em Amparo apenas 1 unidade que totaliza sozinha 1.000,00 hectares. Ao somarmos a quantidade e o tamanho dos minifúndios e pequenas propriedades, vemos que elas totalizam 47 imóveis com uma área de 1.294,79 hectares. Enquanto isto, ao somarmos a quantidade e o tamanho da “Média” e da “Grande Propriedade”, temos o significativo total de apenas 8 imóveis com o expressivo tamanho de 3.966,79 hectares. Ou seja, por estes dados, se confirma a concentração de muita terra nas mãos de poucos e a presença de pouca terra na mão de muitos. Consideramos que é possível que os sobrenomes dos *proprietários* dos maiores imóveis (Ver quadros nos anexos) seja os mesmos dos fazendeiros do século XIX, já citados anteriormente.

Apesar de encontrarmos divergências entre os dados do Censo Agropecuário de 2017 e do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), ambos oferecem uma visão quantitativa da distribuição de terras no município em estudo, que é fundamental para entendermos a *questão agrária* da região. Neste sentido, tanto uma fonte como a outra nos mostram que a situação agrária do município de Amparo reflete a grande realidade do Brasil, que é a que apresenta uma grande massa camponesa que possui uma pequena parte de terra e uma classe dominante sempre possuindo uma grande extensão de terra, muitas vezes, sem produtividade.

Após os dados apresentados, investigamos alguns camponeses residentes no município de Amparo a partir das observações realizadas em visita de campo nas respectivas localidades para fazermos um cruzamento de fontes. Uma das primeiras conclusões destas observações é a de que em nosso município de Amparo PB a maioria das famílias residentes na cidade, ou seja, que “moram” na cidade têm um vínculo muito forte com a agricultura. Pois, durante o dia passam a maior parte no sítio, sejam cuidando de animais ou de plantações em busca de garantir o pão para sobreviver, retornando só à noite para descansar na cidade e no dia seguinte retornar as suas atividades agrícolas. Sendo assim, com os estudos realizados, concluímos que essas famílias são consideradas camponesas, incluindo nós, é claro! Por mais que estamos conquistando outros espaços, jamais deixaremos de ser camponesas de corpo, sangue e alma. Desde muito cedo aprendemos com nossos pais a cultivar, plantar e colher nossos alimentos para garantirmos a sobrevivência. Entretanto, se analisarmos o nossos camponesas hoje vemos que realmente as nossas raízes nunca irão ser esquecidas muito menos deixar de executar as atividades que nos definem como camponeses de verdade.

Para melhor entendermos sobre os camponeses brasileiros podemos salientar que, por mais que alguns deles migrem para as cidades em razão de suas expropriações, isso não têm representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador.

Segundo Simonetti (1999, p. 115-116), as modificações nas *relações de produção* que se intensificaram no Brasil a partir dos anos 1960 não geraram a expropriação pura e simples dos camponeses, transformando-os em proletários. A realidade é mais complexa. Muitos se transformaram em população sobrando, desempregados, peões-de-trecho, migrantes temporários que, mesmo na cidade, mantêm o vínculo com o campo, quer por meio do trabalho volante ou boia-fria, quer como moradores junto aos pais em pequenos sítios, ou eventualmente trabalhando como parceiros ou rendeiros em várias regiões do país, e também em situações específicas de trabalho na cidade.

Importante destacar que o conceito de camponês adquire lugar central em nossa pesquisa. Nesse sentido, o compreendemos a partir das lições do próprio Marx. Este autor, em *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* (2011), analisando a sociedade francesa, expõe uma complexa estrutura de classes sociais na qual o campesinato é apresentado como uma classe que

desempenha a atividade agrícola e vive diretamente da sua produção, da qual fazem parte o camponês servo da gleba, submetido aos laços da servidão, e o camponês parcelário, pequeno proprietário rural. Para Marx (2011), o campesinato é a imensa massa de pequenos camponeses que tem uma condição de vida semelhante. Seu campo de produção não permite a divisão de trabalho para o cultivo, as famílias camponesas são quase autossuficientes, produzindo a maior parte do que consome, assim, adquirindo os seus meios de subsistência em grande parte realizando trocas com a natureza do que com a sociedade.

Também destacamos dois autores brasileiros marxistas que estuaram a realidade do Brasil e refletiram sobre o conceito de camponês. O primeiro deles é Sodré (1962), para quem o campesinato representa um dos grupos da estrutura social brasileira e é o maior contingente da nossa população, tendo sido originado da desintegração do escravismo, sendo composto hoje de parceiros, arrendatários, médios e pequenos proprietários de terras, são compostos também pelos posseiros, pelos agregados, pelos vaqueiros, entre outros. São pressionados pelo poder do latifúndio no avanço das relações capitalistas no campo enquanto a maior parte deste grupo está sujeita as condições semifeudais³

O segundo autor é Cardoso (1987, p. 55), que diz que, do ponto de vista econômico, uma estrutura camponesa se define por quatro características:

- 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto;
- 2) trabalho predominantemente familiar – o que não exclui, em certos casos e circunstâncias o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar;
- 3) economia fundamentalmente autossubsistência, sem excluir por isto a circulação (eventual ou permanente) ao mercado; e
- 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas divisões sobre plantar e quando, de que maneira, sobre a disposição dos excedentes eventuais etc.

O conceito de camponês adquire destaque nas Ciências Sociais brasileiras nos anos 1950, ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”¹⁹, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da *questão agrária* brasileira. Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul -

¹⁹ As Ligas Camponesas surgiram como uma reação ao sistema de exploração capitaneado pelos latifundiários, sobretudo donos de engenho e usineiros, na zona canavieira do Nordeste brasileiro. Cf. Andrade, 1998, p. 261.

dependendo de sua origem, se imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho etc. Em decorrência do mesmo processo que deu sentido ao conceito de camponês, é definido o conceito de latifundiário, o seu par contraditório. Assim, eles aparecem como conceitos-síntese, ou categorias-analíticas, que remetem a situações de classe e que estão enraizados numa longa história de lutas (Martins, 1981).

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso a terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais. De acordo com todas as descrições de sentido da palavra campesinato nosso município entra com todo vigor, pois a maioria das famílias sobrevive da renda do leite produzido pelos mesmos.

Nesse sentido, vemos que no sítio Lagoa do Meio do município de Amparo-PB, por exemplo, fica localizada a Usina de refrigeração do leite de cabra onde os produtores vendem o leite produzido pelos seus caprinos para o governo Federal, que é fornecido para as escolas e o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) das cidades da Paraíba em benefício das famílias carentes beneficiadas com o programa Bolsa Família. De onde vem a maior parte da sua renda para garantir sustento da sua família. Nessa perspectiva:

O camponês trabalha a terra para se alimentar: qualquer teoria da economia camponesa nada mais é que o comentário desta fórmula lapidária (...) mas o camponês produz para um mercado globalizante (...). Todavia, esta exigência é somente acessória para compreender a lógica que preside ao cálculo econômico do camponês. Quando falamos de camponês, é preciso compreender família camponesa (...). Cada produto tem seu destino particular e nenhum pode substituir o outro: o capim alimenta os animais, o trigo, os homens (...)" (Mendras, 1976, p. 11- 23).

Partindo deste pensamento, o trabalho manual produzido pelos camponeses é realmente para “alimentar” as criações de caprinos, bovinos e etc., para que elas possam contribuir produzindo o leite com abrangência e, assim, garantir a renda familiar destinada às melhorias de vida para todos que vivem da agricultura.

3 A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E A *QUESTÃO AGRÁRIA*

O objetivo desse capítulo foi o de estudar os fundamentos teóricos da concepção de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, analisando como a mesma trata ou não a *questão agrária*.

3.1 O CONCEITO DE EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA

A educação contextualizada surge como uma proposta apresentando-se como relevante e inovadora na área educacional, dizendo buscar sempre integrar e interagir os saberes e as experiências dos alunos com as realidades sociais, culturais e históricas em que estão inseridos. Tendo em vista que Silva (2010) fundamenta essas abordagens nas perspectivas do pensamento complexo, defendendo que a educação deve ser um espaço de construção coletiva de conhecimento, sendo capaz de dialogar com as múltiplas dimensões do cotidiano.

A autora Silva (2010), inspirada pelos pensamentos de Morin²⁰ (2000), argumenta que a educação precisa transcender paradigmas tradicionais e adotar uma visão holística e integrada. O pensamento complexo é caracterizado pela sua capacidade de lidar com a diversidade, as interconexões e a incerteza. Por isso, nesse contexto, a educação não pode ser vista apenas como uma transmissão consistente de conteúdos, mas como um processo interativo que envolve a construção de significados por meio da relação entre professores e alunos.

De acordo com Santana (2020, p. 41), “A educação contextualizada colocada em prática no contexto do semiárido, direciona aspectos importantes que contribuem para a aprendizagem, numa relação proximal entre o conteúdo estudado e a realidade vivenciada e sentida [...]”. Sendo assim, Silva (2010) diz que é desta maneira que a educação escolar vai ganhando formas de uma educação que não aprisiona o sujeito nos conselhos e nas metodologias prontas, mas abre a oportunidade para esse sujeito refletir sobre si e sobre o mundo em que o mesmo vive.

Essa abordagem, portanto, diz desafiar a fragmentação do conhecimento, promovendo uma aprendizagem que considera as relações entre diferentes áreas do saber. De acordo com

²⁰ Edgar Morin (1921) é um antropólogo, sociólogo e filósofo francês. É considerado um dos principais pensadores contemporâneos e um dos principais teóricos do campo de estudos do “pensamento complexo”, este que converge aos objetivos do imperialismo capitalista em “adequar a educação brasileira às novas tecnologias e demandas do mercado”, demandas que perpassam pela educação. Ressalta-se, ainda, um retorno ao antigo idealismo filosófico, revestido de pensamento novo e moderno, revelando-se como uma posição reacionária diante das contradições entre este próprio pensamento idealista e as ações empreendidas pelo autor no seio das políticas educacionais pleiteadas pelo capital monopolista. Cf. Amorim, Peixoto e Leite, 2019.

Silva (2010) propõe que a educação contextualizada deve não só respeitar a subjetividade dos alunos, mas também levá-los a refletir criticamente sobre seu entorno, estimulando um aprendizado que dialogue com as questões sociais contemporâneas.

A contextualização na educação envolve a atenção às particularidades culturais e sociais dos alunos. Silva (2010) enfatiza que conhecimento e a cultura estão intimamente entrelaçados e que a educação deve reconhecer e valorizar a diversidade cultural presente nas salas de aula. Isso implica em um currículo que não apenas inclua, mas que também celebre as experiências e as histórias de vida dos estudantes, criando um ambiente onde todos se sintam parte do processo educacional.

Utilizar a história e a cultura local, por exemplo, pode tornar o conteúdo mais relevante e significativo para os alunos, facilitando a conexão entre teoria e prática. Para Silva (2010), os educadores devem ser mediadores que ajudam os alunos a construir pontes entre seu conhecimento prévio e novos saberes, promovendo uma aprendizagem que seja significativa e contextualizada.

A construção do conhecimento, na perspectiva da educação contextualizada, deve ser um processo colaborativo. Silva (2010) afirma que tanto educadores quanto alunos desempenham papéis ativos na aprendizagem. O diálogo, a troca de experiências e o trabalho em grupo são necessários e essenciais para que a educação se torne um espaço de coautoria e construção conjunta do conhecimento.

Nesse sentido, os estudos ativos, como projetos de pesquisa e experiências práticas, são ferramentas eficientes e eficazes para promover a aprendizagem contextualizada. Ao trabalhar em conjunto, os alunos desenvolvem habilidades como a escuta crítica, o respeito à diversidade de opiniões e a capacidade de argumentação. Essas competências são fundamentais para formar indivíduos críticos e conscientes de seu lugar na sociedade.

Destaca-se, portanto, que a educação contextualizada, como se apresenta, não é apenas sobre adquirir conhecimentos, mas também sobre desenvolver competências que permitam aos alunos atuar de maneira proativa em suas comunidades. Isso significa preparar os estudantes para que sejam agentes de transformação social, capazes de identificar problemas e proporem soluções que melhorem suas realidades.

A educação deve promover não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a formação de valores éticos, respeito à diversidade e consciência social. Sentir-se parte ativa da sociedade e ter a capacidade de questionar e intervir são resultados desejáveis de uma educação que valoriza a contextualização.

O conceito de educação contextualizada, conforme abordado por Silva (2010), é um convite a repensar as práticas educativas em um mundo repleto de complexidade e diversidade. Ao integrar o pensamento complexo à educação, a autora nos ajuda a entender que a aprendizagem deve ser um processo colaborativo e dinâmico que respeite e valorize as experiências dos alunos. Ferramentas pedagógicas que fortalecem essa interação são essenciais para formar cidadãos críticos, criativos e engajados, preparados para enfrentar os desafios contemporâneos com um olhar consciente e transformador.

Defende a autora que, a partir deste contexto essa perspectiva de educação contextualizada não é apenas desejável, mas necessária em um mundo em constante transformação, onde a educação é um dos principais instrumentos para a promoção de um futuro mais justo e igualitário. Assim, ainda defende a autora, cabe aos educadores abraçarem essa abordagem, promovendo um espaço de aprendizagem que se una com a vida, a cultura e a realidade de seus alunos.

Desta forma, defendesse a importância de trabalhar na perspectiva da educação contextualizada na qual se faz necessária no entendimento a ser construído através dos valores, lugares e vivências.

[...] contextos não se fixam apenas ao local, a um território determinado. Ele se estende até um sistema de valores, que extrapolam qualquer fronteira geofísica descuidadamente traçada, uma vez que tecem redes de conteúdos que fundem o passado e o futuro; o local e o global, o pessoal e o coletivo; as objetividades e as subjetividades fugares. Mas tal tessitura e tais cruzamentos se dão numa determinada situação, movidas por condições reais e a certos constrangimentos em um dado tempo e chão; não estão soltos no ar- senão não haveria sentido falar em contexto. (Martins, 2006, p. 45)

Ao relacionar a educação contextualizada ao Semiárido, Silva (2010) e Martins (2006) defendem se tratar de uma educação traçada para apreender, conviver, entender e respeitar suas singularidades. No qual tenha como princípio de uma educação que tenha como sugestão no ensino uma política educacional, para o ensino de sua convivência, ou seja, que possa transformar a sua vida presente e futura.

Nesta perspectiva, Martins (2006) propõe que o objeto que se coloca é que a escola seja capaz de lidar com outros saberes, principalmente que ela possa dar sua contribuição para a melhoria das condições de vida do sertanejo, o que não se trata de reduzir a ação pedagógica ao localismo, segundo esse autor.

Desta forma, o autor coloca que esse projeto tem a necessidade em propor questões presentes no processo educacional que abrangem o Semiárido, assim como questões dos

sujeitos que fazem parte e transformam o ambiente em que vivem. Portanto, de acordo com Martins (2006), deve se pensar em um currículo que tenha uma contextualização do conteúdo. Diz ainda esse autor que pensar na educação contextualizada, de certa forma, é externar uma ação contra hegemônica que seja diferente do currículo mecânico, ou seja, construído como pronto e acabado. Neste sentido, Silva (2002) afirma que:

A escola atua ideologicamente através do seu currículo, seja de forma mais direta através das matérias suscetíveis ao transporte de crianças explícitas sobre a desejabilidade das estruturas sociais existentes, como Estudos sociais, História, Geografia, por exemplo; seja de forma indireta através disciplinas “técnicas” como Ciências e Matemática. Além disso, a ideologia atua de forma discriminatória: ela inclina as pessoas de classe subordinada à submissão e a obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a controlar e a comandar e a controlar. (Silva, 2002, p. 31-32).

Segundo os autores citados nesse tópico, é necessário reconhecer as potencialidades dos sujeitos possibilitando uma prática pedagógica que valorize a cultura, história do sujeito e não os conteúdos estereotipados dos livros didáticos que marcam a região do Semiárido como uma região pobre e seca, assim como os sujeitos que habitam não tem conhecimento de mundo. Eis, portanto, a conceituação do que seja o dito paradigma da *Educação Contextualizada*.

3.2 A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E A QUESTÃO AGRÁRIA

Uma vez apresentado o conceito de *Educação Contextualizada*, passamos a identificar como o mesmo é basilar para os textos que fundamentam e apresentam a perspectiva da *Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido*, esta que, por sua vez, tem sido uma das principais referências na organização dos Projetos Pedagógicos Curriculares das licenciaturas em Educação do Campo do Semiárido, particularmente o da Universidade Federal de Campina Grande, *campus* Sumé. Importante lembrar que este município, como já dito, assim como os demais do Semiárido, é resultado de um longo processo em que ocorreu a desigual distribuição da terra que provocou a concentração dela nas mãos das poucas famílias portuguesas em detrimento das populações originárias e africanas, estas que foram submetidas aos regimes de trabalho escravizado e servil, dando origem ao povo camponês com pouca ou nenhuma terra que viveu e vive submetido ao regime de latifúndio que ainda predomina na caatinga de clima semiárido.

Partindo do princípio de que não há política educacional alguma que não assuma uma posição de classe, cabe o seguinte questionamento: a perspectiva da *Educação Contextualizada*

para a Convivência com o Semiárido serve às classes dominantes (latifundiários) ou às classes trabalhadoras (camponeses)? Esse dito paradigma problematiza o principal problema que afeta a maioria do povo que habita o bioma do Semiárido (desigual distribuição da terra)?

Caminhando nesse sentido investigativo, a autora Carneiro (2021) buscou analisar de que maneira o tema *grilagem de terras* no município de Sumé-PB é abordado (ou não) no ensino de Ciências Humanas e Sociais de uma escola do campo considerada como a principal referência na abordagem da Educação do Campo/Educação Contextualizada (Escola “José Bonifácio Barbosa de Andrade” – Distrito do Pio X). A autora tomou como objetivos específicos também problematizar, do ponto de vista histórico, como se conformou a *questão agrária* no Brasil, na Paraíba e no município de Sumé - PB; estudando os conflitos por terra ocorridos no Brasil, na Paraíba e no município de Sumé-PB, especificamente os que envolveram a *grilagem de terras*; e analisando de que maneira a *grilagem de terras* ocorrida no município de Sumé-PB é tomada no ensino de Ciências Humanas e Sociais na citada escola do campo. Por fim, a autora concluiu que a realidade agrária no município de Sumé-PB é um tema que, até o presente momento, foi muito pouco estudado e analisado academicamente. As conclusões permitiram, por fim, que a autora entendesse que esta realidade agrária brasileira e local, particularmente, a *grilagem de terras* não é abordada como conteúdo didático no ensino das Ciências Humanas e Sociais da escola do campo UMEIF “José Bonifácio Barbosa de Andrade” do município de Sumé-PB que se propõe como referência de Educação do Campo.

Já a autora Oliveira (2021) investigou se o debate sobre a *questão agrária* foi abordado no curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido (ECSAB), nas turmas de 2009 e 2019. A autora tomou como objetivos específicos analisar a *questão agrária* brasileira, especificamente do Cariri paraibano (Sumé); investigar as principais referências teóricas que fundamentam o curso de ECSAB – UFCG/ CDSA e, ao mesmo tempo, se os mesmos propõem uma contextualização que leve em consideração a principal questão econômica que afeta o Semiárido brasileiro (o latifúndio e as contradições advindas dele); e compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes ao relacionar à *questão agrária* e contextualização, no processo formativo e a adaptação exercida no campo profissional que eles atuam na educação. Os estudos realizados por Oliveira (2021) constataram a *questão agrária* no município de Sumé-PB na atualidade, observando o caso específico da comunidade Olho D’água Branco na qual foram confrontados os dados oficiais com os dados reais que revelaram à divisão extremamente desigual de terras na localidade analisada; permitiram também identificar como os documentos que regem a EECCS – UFCG/CDSA tratam do tema central de nossa pesquisa (*questão agrária*); e, por fim, dialogou com os egressos e discentes que

formaram as duas turmas ECSAB – UFCG/ CDSA no intuito de identificar se o debate da *questão agrária* atravessou o da Educação Contextualizada durante os seus processos formativos e se são presentes nas suas atuações profissionais na área da educação. Os resultados conclusivos evidenciaram tanto a divisão extremamente desigual de terras no município estudado como o escasso tratamento dado ao tema da *questão agrária* no interior da ECSAB – UFCG/ CDSA.

Essas duas autoras foram as primeiras referências no sentido de problematizarem o silêncio que é dado ao maior problema brasileiro (*questão agrária*) pelo principal curso (LECAMPO) que se coloca como o responsável por formar professores para lecionarem nas escolas do campo, bem como pelo curso de pós-graduação que a ele é vinculado (ECSAB).

Entendemos que, ao não tratar da *questão agrária*, tem a ver com os interesses das classes dominantes que, inclusive, também agenciam referenciais teóricos culturalistas que são cada vez mais presentes nos cursos de formação de professores, estes que, pouco ou nada problematizam as questões sociais a partir dos processos econômicos. Nesse sentido, concluímos que essa perspectiva culturalista presente nos cursos da LECAMPO, que falaciosamente diz preparar os filhos dos camponeses de maneira crítica, na verdade, se propõe não como instrumento em favor das classes trabalhadoras e sim em favor das classes dominantes, uma vez que, faz com que aqueles não discutam o seu principal problema que é a desigual distribuição da terra.

4 A EXPERIÊNCIA DO PIBID DIVERSIDADE NA ESCOLA “IDELFONSO ANSELMO DA SILVA” NO MUNICÍPIO DE AMPARO-PB

O objetivo deste capítulo foi o de analisarmos se a *questão agrária* brasileira e, especificamente, do Semiárido e do município de Amparo foi tomada como conteúdo escolar durante o PIBID na escola “Idelfonso Anselmo da Silva” rede municipal de ensino de Amparo-PB, entre os anos 2011 a 2014, período este em que a presente autora atuou como bolsista deste programa na citada escola.

4.1 A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFCG

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO) foi criado na Universidade Federal de Campina Grande em 2009, este que, desde 2013, tem formado docentes para atuarem nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio das escolas do Semiárido paraibano e dos estados vizinhos. O curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO) é voltado para professores e outros profissionais da educação em exercício nas escolas da rede pública do Semiárido, para profissionais que atuem em centros de alternância ou em experiências educacionais alternativas, bem como em programas governamentais voltados para a Educação do Campo, além de jovens e adultos que desejem atuar nas escolas do campo. (UFCG, 2013).

O egresso do curso tem como campo de atuação à docência multidisciplinar em uma dessas três áreas de conhecimento: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Sociais e Ciências Exatas e da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental e cursos de Ensino Médio das Escolas do Campo. Também está apto a atuar na organização do sistema educacional, como gestor, planejador e/ou coordenador de unidades, projetos e experiências educacionais escolares e não escolares. Este profissional ainda desenvolverá atividades na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional voltado para Escolas do Campo e, em outras áreas emergentes do campo educacional.

Como uma das possibilidades de garantia na formação docente dos discentes da LECAMPO, foi criado o PIBID Diversidade em 2010, que passaremos a apresentar no tópico a seguir.

4.2 O PIBID DIVERSIDADE

O programa institucional de Bolsas de Iniciação à Docência para a diversidade – PIBID DIVERSIDADE- UFCG, que existiu entre 2010 e 2018, teve como objetivo contribuir para o processo de formação inicial do magistério elevando a qualidade da formação inicial de professores no Curso de Licenciatura em Educação do Campo era promovendo a integração entre educação superior e educação básica.

Sua meta foi apoiar o desenvolvimento das atividades de iniciação à docência de 62 estudantes da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo nas áreas de Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática, Educação do Campo – Ciências Humanas e Sociais, Educação do Campo - Linguagens e Códigos da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Sumé, em escolas do campo na rede pública de ensino.

A experiência da pesquisadora do presente texto enquanto aluna bolsista do PIBID Diversidade, da área de Ciências Humanas e Sociais, se deu entre os anos de 2011 e 2014, período o qual passamos a destacar alguns elementos.

No primeiro ano do projeto (2011) diversas ações foram desenvolvidas: Vivência Escolar – finalidade - Inserir os alunos bolsistas no ambiente escolar, para compreender e se integrar no cotidiano da escola com diagnósticos, leitura de documentos das escolas, participação na dinâmica escolar, formação da equipe e planejamento do trabalho de forma continuada, acompanhamento as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, monitoramento e avaliação do trabalho, socialização do trabalho em eventos. Diante dessas ações é possível perceber uma gradativa evolução dos educandos das escolas conveniadas no desenvolver das atividades planejadas pelos bolsistas em parceria com os professores regentes. Com isso, é percebido que o projeto foi desenvolvendo sua função e contribuindo para uma releitura do processo pedagógico nessa teia que interliga tantos aprendizados, instituições sujeitas.

Durante nossa experiência, se propôs a promover a participação dos bolsistas na elaboração de projetos interdisciplinares focados em temáticas regionais condizentes com a realidade em que estão situados, produção de materiais didáticos para trabalho com os temas em sala de aula, elaboração de materiais audiovisuais, promovendo a execução de aulas com o uso de vídeos, CDs e despertando o interesse pelo uso das mídias em sala de aula; revitalização das salas de leitura, de viveiro de mudas e constituição do Clube de Ciências e Matemática.

Outro resultado importante foi a inserção da Educação do Campo no projeto pedagógico de 03 das escolas e do trabalho com temáticas ambientais, étnico raciais e de convivência com o Semiárido. As vivências que foram promovidas, são apresentadas como tendo possibilitado

que os licenciandos em Educação do Campo se envolvessem em situações metodológicas distintas tendo um ambiente para debates e reflexões voltadas para a realidade escolar e o ensino nas áreas de conhecimento do curso.

Assim, uma formação numa perspectiva intercultural deve voltar-se para os desafios cotidianos vivenciados pelos educandos e educadores no contexto das suas práticas educativas, para a reflexão coletiva das práticas docentes e das condições de trabalho, e possibilitando uma sólida formação teórico-prática aos licenciando em formação e aos docentes em exercício.

4.3 A ESCOLA MUNICIPAL “IDELFONSO ANSELMO DA SILVA”

A Escola municipal de Educação Básica Ildefonso Anselmo da Silva é uma escola pública municipal em Amparo, PB. Nessa instituição de ensino de educação básica há o funcionamento apenas da etapa de formação de Ensino Fundamental I e II, estando Localizada na Rua Vereador Cicero Soares, S/N. Centro. 58548-000 Amparo - Pb.

Imagem 8 - Escola Municipal Idelfonso Anselmo Da Silva



Fonte: Arquivo do site Amparo Ligado.

A Escola Municipal de Educação Básica “Ildefonso Anselmo da Silva” oferece toda a estrutura necessária para o conforto e desenvolvimento educacional dos seus alunos, como por exemplo: alimentação, laboratório de informática, quadra esportiva coberta, biblioteca, sala de leitura, refeitório, sala de professores, pátio descoberto, banda larga internet.

A seguir apresentamos os professores da educação básica que participaram no PIBID Diversidade durante o 2011.2 a 2012.2.

Quadro 7 - Professores da Educação Básica Participantes do Projeto

Nome	Função
Professor 1 - Fabiana Feitosa de Souza	Professora de Geografia/Supervisora
Professor 2 - Eraldo Eronides Maciel	Professor de História
Professor 3 - José Arnaldo da Silva	Professor de História
Professor 4 - Masegueide Bernardes Campos	Professor de Geografia
Professor 5 - Maria de Fátima Araújo Silva	Professor de Geografia

Fonte: Relatório do PIBID, 2013. Quadro elaborado pela autora do texto.

4.4 A RELAÇÃO ENTRE O PIBID DIVERSIDADE E A *QUESTÃO AGRÁRIA*

A seguir apresentamos os períodos letivos os quais participamos como aluna bolsista no PIBID Diversidade.

Quadro 8 - Períodos letivos do PIBID - Diversidade

SEMESTRES	CALENDÁRIO
2011.1	14 de fevereiro a 18 de junho
2011.2	14 de fevereiro a 18 de junho
2012.1	01 de agosto a 29 de novembro
2012.2	26 de novembro a 07 de maio
2013.1	27 de maio a 23 de setembro
2013.2	29 de outubro a 12 de abril
2014.1	12 de maio a 12 de setembro
2014.2	13 de outubro a 20 de março

Fonte: Relatório do PIBID, 2013. Quadro elaborado pela autora do texto.

Ao analisarmos o relatório anual referente 2011.2, 2012.1 e 2012.2 (apresentado em janeiro de 2013), constatamos que, durante a nossa participação enquanto bolsista o projeto PIBID, trabalhamos na elaboração de projetos interdisciplinares focados em temáticas regionais condizentes com a realidade em que estão situados, assim como também na produção de materiais didáticos para trabalho com os temas em sala de aula. Ao analisar sobre o tema *questão agrária*, buscamos identificar as seguintes palavras *Questão Agrária*, *Rural*, *Ruralidade* e *campo*, não identificamos nenhum resultado e foi perceptível através das ações e atividades que o projeto não trabalhou a temática.

Quadro 9 - Atividades desenvolvidas e resultados alcançados em 2011 e 2012

Indicador da atividade	Objetivo da atividade	Descrição sucinta da atividade (inserir início e período de realização)	Resultados alcançados
1.	Diagnosticar os principais problemas e potencialidades da prática pedagógica dos professores, analisando as metodologias e técnicas de ensino empregadas em relação ao ensino de História e Geografia, bem como as percepções e concepções prévias e finais sobre o ensino destas disciplinas nas escolas do campo, na concepção dos professores e alunos.	Os diagnósticos das escolas foram realizados no período de julho a outubro de 2011. Foi traçado neste trabalho, o perfil das escolas e dos professores, através de estudos do Projeto Político Pedagógico, bem como dos dados coletado através de questionários aplicados aos professores que lecionam as disciplinas de História e Geografia.	Relatórios mostrando os perfis das escolas conveniadas.
6.	Explorar a História e a Geografia do Município de Amparo. Realizada na Escola Municipal de Educação Básica Ildefonso Anselmo da Silva	A atividade foi desenvolvida na semana de emancipação política da cidade de Amparo, de 16 a 29 de abril. Foram produzidos cartazes, pinturas, textos e dinâmica com perguntas e respostas.	Produção de cartazes Produção de maquete Gincana Amostra didática na praça central dos cartazes e demais trabalhos resgando a história e retrando a geografia do município de Amparo.
11.	Possibilitar uma contextualização da teoria estudada em sala de aula com a paisagem analisada dentro da realidade vivenciada pelos alunos.	As aulas de campo ocorreram no decorrer do ano o ano letivo 2012, levando o aluno a relacionar do que se ler com o que se ver, possibilitando uma aprendizagem significativa.	Contextualização dos conteúdos estudados.
13.	Debater o planejamento de ensino: concepções teóricas e operacionalização curricular” com os professores da rede municipal de ensino de Sumé e Amparo	A formação continuada foi ministrada pelos professores: Fabiano Custódio, José Luciano Aires de Queiroz e Maria da Conceição Miranda para os professores das escolas conveniadas. Fevereiro de 2012.	Formação continuada realizada, despertando nos professores a importância do planejamento e do currículo. Palestras

Fonte: Relatório do PIBID, 2013. Quadro elaborado pela autora do texto.

As ações do PIBID - Ciências Humanas e Sociais relativas ao ano de 2011 foram publicadas em um blog (<https://pibidgeografiaehistoria.blogspot.com/2011/>) e apresenta-se pormenorizadas e com os seus respectivos registros fotográficos. Mas, de igual modo, não identificamos nenhuma ação debatendo (contextualizando) a *questão agrária*.

Os semestres letivos 2013.1 (27 de maio a 23 de setembro) e 2013.2 (29 de outubro a 12 de abril), corresponderam ao período de greve docente da UFCG e, por isso, não há registros de atividades dos discentes pibidianos.

Ao analisarmos o relatório anual referente 2014.1 e 2014.2 (Apresentado em janeiro de 2013), buscamos identificar as seguintes palavras *Questão Agrária*, Rural, Ruralidade e campo não identificamos nenhum resultado.

Vejamos a tabela a seguir das atividades desenvolvidas e os resultados alcançados pelo PIBID no 2014:

Quadro 10 - Atividades desenvolvidas e resultados alcançados em 2014

Indicador da atividade	Objetivo da atividade	Descrição sucinta da atividade (inserir início e período de realização)	Resultados alcançados
6. Leitura dos documentos oficiais da escola, tais como Projeto Político, regimento, etc..	Conhecer os documentos oficiais da escola para compreensão de aspectos ligados ao contexto da educação e ao funcionamento da escola	6.1. Leitura analítica e discussão do Projeto Político Pedagógico e do Regimento da Escola. (Atividade desenvolvida com o acompanhamento dos supervisores) – julho e agosto	6.1.5. Escola M. E. I. F. M Idelfonso Anselmo da Silva foi realizado um perfil escolar, contemplando a infraestrutura da escola, o seu corpo docente que leciona as disciplinas Geografia e História e discentes que os bolsistas acompanham, os dados foram apresentados em gráficos e descritos qualitativamente. Como também foi analisado a estrutura curricular e o PPP.
7. análise do plano de ensino e dos livros didáticos das áreas de conhecimento	Conhecer as partes/itens que compõem um Plano de Ensino/Curso, identificando elementos essenciais à distribuição de conteúdos, à metodologia, objetivos e forma de avaliação elencados ao longo do período letivo.	7.1. Análise dos Programas/Plano de Curso de Linguagens e Códigos na Escola do Pio X que funciona por área de conhecimento - discussão com as Supervisoras - Abril e Maio de 2014	7.2.1. – Foram analisados 08 livros didáticos nas escolas: Escola M.E.I.F.M Idelfonso Anselmo da Silva e Escola M. E. I.F. M. Idelfonso Anselmo da Silva. Sendo, 04 livros de Geografia e 04 livros de História. Todos os livros analisados foram do ensino Fundamental do 6° ao 9° ano. Foram analisados os seguintes aspectos dos livros: Capa, Autor ou Autores, Publico, Apresentação do Livro, índice e estrutura do livro, diagramação, imagens, representações gráficas e cartográficas, proposta teórica metodológica,

			linguagens, atividade e bibliografia.
--	--	--	---------------------------------------

Fonte: Relatório do PIBID, 2014. Quadro elaborado pela autora do texto.

Para aprofundarmos a busca no sentido de identificarmos se o tema *questão agrária*, tão caro àquele público estudantil, foi tratado no âmbito do PIBID Diversidade, realizamos uma pesquisa a partir dos textos que foram publicados o período em análise (2011-2014) sob a autoria e/ou orientação dos professores orientadores do referido programa e que tratem das suas experiências e de seus alunos bolsistas na escola em tela. O resultados expomos no quadro a seguir:

Quadro 11 - Textos publicados sob a autoria e/ou orientação dos professores orientadores do PIBID DIVERSIDADE (2011-2014)

ARTIGO PUBLICADO	AUTORES	ANO
Exposição itinerante de mapas no Cariri paraibano no contexto das ações do PIBID Educação do Campo Ciências Humanas e Sociais	Fabiano Custódio de Oliveira Maria José Barros da Silva Ranieli Batista da Silva Ana Jussara Aires de Oliveira Maria Aldilânia de Moura Andréa Augusta de Moraes Ramos Auricélia de Melo Araújo Lucinalva Ferreira da Mota Rodrigues Gabrielly Ohana de Moura	2013
Educação ambiental no contexto das ações do subprojeto - PIBID. Ed. do. Campo Ciências Humanas e Sociais; construindo caminhos para conscientização ambiental.	Fabiano Custódio de Oliveira Auricélia de Melo Araújo Joana D'arc Moraes Silva Edvirges Batista de Oliveira Gabrielly Ohana de Moura Franciely Renally Maciel Alba Josefina Araújo Fabiana Feitosa de Souza Ana Jussara Aires de Oliveira	2013
Aprendendo brincando: o PIBID Educação do Campo CHS no processo de construção de jogos educativos no ensino de Geografia e História	Fabiano Custódio de Oliveira José Luciano de Queiroz Aires Lucinalva Ferreira da Mota. Rodrigues Auricélia de Melo Araújo Andréa Augusta Moraes Ramos Aurinete de Melo Araújo Edivaldo Caetano do Nascimento Kelli Vanessa Maciel Maria José Barros da Silva	2013
O ensino de Geografia no âmbito do PIBID-Diversidade nas escolas do campo do Semiárido paraibano	Fabiano Custódio de Oliveira Edvirges Batista de Oliveira Aline de Oliveira Barbosa Erivaldo Tiago de Siqueira Fabiana Feitosa de Souza Andréa Augusta de Moraes Ramos	2014

Fonte: Plataforma Lattes. Quadro elaborado pela autora do texto.

Em que pese a importância dos conteúdos trabalhados pelo PIBID- Diversidade entre 2011 e 2014, na Escola Idelfonso Anselmo da Silva, constatamos a completa ausência da

problematização do que se apresenta como o maior problema do povo pobre camponês do Brasil que é a *questão agrária*, cujos reflexos podem ser notados pelo grau de miséria que essa desigual distribuição de terra causa ao povo brasileiro, paraibano, caririzeiro e amparense. Ao que parece, o paradigma da educação contextualizada não contextualiza as questões econômicas que, diretamente, afetam o povo pobre do Semiárido. Logo, ao contextualizar apenas aspectos culturais de forma não crítica, esse paradigma serve às classes dominantes que sempre foram donas do principal meio de produção do Semiárido (a terra) e fizeram uso de vários meios (a educação foi e é um deles) para continuar mantendo o seu regime de dominação e controle sobre a massa camponesa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou investigar a *questão agrária* no município de Amparo-PB, analisando sua relevância para a Educação Contextualizada, especialmente no contexto do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID Diversidade. A partir da nossa vivência e experiência como aluna bolsista, no qual percebemos a urgência de discutir desigual distribuição da terra e as condições de vida dos trabalhadores rurais do município.

No decorrer da pesquisa, ficou claro que a *questão agrária* é um tema pouco explorado academicamente em Amparo-PB, ou seja, pouco abordado pelos professores da escola “Ildefonso Anselmo da Silva”. Apesar de sua importância para a formação dos estudantes e para o desenvolvimento de uma educação que realmente dialogue com a realidade local, os registros do PIBID Diversidade não demonstraram uma preocupação efetiva com esse assunto.

A análise dos fundamentos teóricos da Educação Contextualizada nos permitiu compreender que essa abordagem deve considerar as especificidades locais e as vivências dos estudantes. No entanto, o PIBID Diversidade não trabalhou essa temática durante a atuação do projeto na escola, assim não integrando a *questão agrária* nas suas práticas educativas.

A partir desse estudo, destacamos a necessidade urgente de que programas educacionais como o PIBID Diversidade reavaliem suas diretrizes e incluam discussões sobre a *questão agrária* em suas propostas pedagógicas. Pois a educação deve ser um espaço de reflexão crítica sobre as realidades sociais e econômicas que afetam os estudantes.

Por fim, esperamos que este trabalho contribua para futuras pesquisas sobre a *questão agrária* em Amparo-PB e inspire educadores e gestores a buscarem formas mais eficazes de integrar esses temas nas práticas educativas, deste modo garantindo uma formação mais contextualizada e significativa para os alunos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ruth Trindade de. **A arte rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEIXOTO, Tainá Christine da Conceição; LEITE, Maria Jorge dos Santos. A “teoria da complexidade” de Edgar Morin e suas implicações às políticas educacionais do Estado brasileiro para a educação do campo. **Temporalidades – Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 30, v. 11, n. 2 (Mai./Ago. 2019)

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BATISTA, Francisco de Assis. “Capítulo III - As raízes camponesas nos Cariris Velhos da Parahyba do Norte”. *In: Nas trilhas da resistência cotidiana*: o protagonismo exercitado pelos camponeses no Cariri Paraibano (1900-1950). Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2010.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Censo Agropecuário de 1920. Rio de Janeiro: IBGE, 1920.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. 1987. Petrópolis, Editora: vozes.

CARNEIRO, Iris Barbosa. “**De noite a cerca anda**”: a grilagem de terras no município de Sumé-PB e sua relação com o ensino de Ciências Humanas e Sociais de uma escola do campo. Monografia (Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido). Universidade Federal de Campina Grande. Sumé, 2021.

DOURADO, Luzineide. A educação Contextualizada: Saberes tecidos no contexto e na interação natureza e cultura. **Cadernos de estudos Sociais**- Recife, v.27, nº. 1, p.081-096, jan./jun.2012.

FARIAS, Ana Elizabete Moreira; PINHEIRO, Josefa Nunes. Educação para a convivência com o Semiárido: Contribuições para o ensino de História. **Revista homem, espaço e tempo**, setembro de 2011, ISSN 1982-380

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963. https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Sandroni

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE, 2010. Localização do Município de Amparo-PB

IBGE, 2022. Localização do município de Amparo-PB

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: [IBGE | Cidades@ | Paraíba | Amparo | Pesquisa | Censo Agropecuário | Características dos estabelecimentos](#)

MARTINS, José S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Josemar da Silva. **Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o Semiárido**. In: RESAB. Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro - reflexões teórico-práticas da RESAB. Juazeiro – BA: Secretaria Executiva da RESAB, 2006.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, (Coleção MarxEngels). Nélío Schneider, 2011.

MENDRAS, Henri. La fin des paysans (Conclusion et Postface). Paris: Colin, 1976.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

NEVES, Delma Pessanha. **Questão Agrária**: projeções societais em confronto. TEXTTOS E DEBATE, Boa vista, n.31, p. 79-106, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, Edvirges Batista de. **A questão agrária no Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro – ECSAB – UFCG - CDSA**. Monografia (Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido). Universidade Federal de Campina Grande. Sumé, 2021.

OLIVEIRA, Fabiano Custódio de. Relatório do PIBID- DIVERSIDADE de Ciências Humanas e Sociais. UFCG/CDSA, 2013.

OLIVEIRA, Fabiano Custódio de. Relatório do PIBID- DIVERSIDADE de Ciências Humanas e Sociais. UFCG/CDSA, 2014.

OLIVEIRA, Fabiano Custódio de; OLIVEIRA, Edvirges Batista de; BARBOSA, Aline de Oliveira; SIQUEIRA, Erivaldo Tiago de; SOUZA, Fabiana Feitosa de; RAMOS, Andréa Augusta de Moraes. O ensino de geografia no âmbito do PIBID – diversidade nas escolas do campo do semiárido paraibano. In: V Encontro de Iniciação a Docência da UEPB, 2014, Campina Grande. Anais., 2014. v. 1. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/37484>

OLIVEIRA, Fabiano Custódio; ARAUJO, A. M. . Educação Ambiental no Contexto das Ações do Subprojeto - PIBID. Ed. do. Campo Ciências Humanas e Sociais; Construindo Caminhos Para Conscientização Ambiental. In: IV Encontro de Iniciação a Docência, 2013, Campina Grande. IV Encontro de Iniciação a Docência, 2013. v. 1.

OLIVEIRA, Fabiano Custódio; RODRIGUES, L. F. M. . Aprendendo Brincando:O PIBID . Ed. do Campo CHS no Processo de Construções de Jogos Educativos no Ensino de Geografia e História. In: IV Encontro de Iniciação a Docência, 2013, Campina Grande. IV Encontro de Iniciação a Docência, 2013. v. 1.

OLIVEIRA, Fabiano Custódio; SILVA, M. J. B. . Exposição de Mapas no Cariri Paraibano no Contexto das Ações do PIBID Ed. do. Campo Ciências Humanas e Sociais. In: IV Encontro de Iniciação a Docência da UFCG, 2013, Campina Grande. IV Encontro de Iniciação a Docência da UFCG, 2013. v. 1.

OLIVEIRA, Robson Munhoz de; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O método na teoria marxista e a renda da terra. **Revista Formação (Online)**. v. 1, n. 10, 2003.

REIS, Edmerson dos santos; SILVA, Adelaide Pereira. Em defesa da contextualização dos processos educativos e da convivência com o semiárido Brasileiro. **Contextualizar educação, dar sentido aos saberes/** Edmerson dos Santos Reis, Edilane Carvalho Teles (organizadores) – Curitiba: CRV, 2019, 86 p.

Resolução CONDEL/SUDENE nº 150, de 13 de dezembro de 2021.

SANTANA, Tarcila de Oliveira. A neurociência e a inclusão de novos saberes docentes para a prática da educação contextualizada. In: REIS, Edmerson dos Santos. (Orgs.). **Anais do IX Workshop Nacional em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro: Semiáridos, pós-verdade e resistência: lugares e convívios da educação contextualizada**. Juazeiro, BA: Universidade do Estado da Bahia. PPGESA, 2020.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera** – Ano 8, N. 7 – julho/dezembro de 2005.

SILVA Roberto Marinho Alves. 2003: ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate a seca e convivência com o semi-árido. Sociedade e Estado, Brasília, v.18, n. 1/2 ,p.361-385, jan./dez.2003.

SILVA, Adelaide Pereira. O conceito de Educação contextualizada na perspectiva do pensamento complexo - um começo de conversa. **Texto apresentado como apoio ao curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro ofertado pelo CDSA- Campus de Sumé (UFCG)** nos dias 04 e 05 de junho de 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. **A longa caminhada**: (re)construção do território camponês em Promissão. Tese de doutorado em Geografia. (Departamento de Geografia da USP). São Paulo, 1999.

Site <https://eap.bl.uk/> Projeto Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica do século XVII ao XIX em São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. www.sober.org.br/academia

ANEXOS

QUADRO 1 - IMÓVEIS RURAIS DE AMPARO- GERAL

	DENOMINAÇÃO	TITULAR	ÁREA TOTAL
01	Sítio Pelelê	Jose Bezerra Neto	4
02	Sítio Fazenda Nanico	Ermirio Leitte Filho	248,9
03	Sítio Saco	Edmilson Casimiro De Oliveira	18
04	Sítio Malhada Da Quixaba	Jose Ferreira Irmao	36
05	Sítio Lagoa De Meio	Janderli Jose Da Silva	52
06	Sítio Amaro	Damiao Pereira De Carvalho	7,5
07	Sítio Pocinhos E Pedra Da Bicha	José Bitu De Freitas	1000
08	Sítio Cacimba De Baixo	Edgar Vilarim Meira	411
09	Sítio Lagoa Do Meio	Eugenia Barboza Lela	30
10	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Jose Leoberto De Souza	209
11	Sítio Poço Do Boi	Eliosma Alves Siqueira	11
12	Sítio Poço Do Boi	Manoel Alves Siqueira	19
13	Sítio Pedra Da Bicha	Maria Alves De Sousa	350
14	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	José Messias Feitoza	14
15	Sítio Riacho Do Cariri	João Milton Do Nascimento	20
16	Sítio Amparo	Jacira Siqueira De Melo	15
17	Sítio Salgadinho	Marcos Alberto Meira Cavalcante	40
18	Sítio Pelelê	Gilso Lela Barreto	12
19	Sítio Salgadinho	Manoel Jose Do Nascimento	20
20	Sítio Amparo	Heleno Amancio Da Silva	8,2
21	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Alexandre Lima Da Costa	4
22	Sítio Salgadinho	Maria Das Dores Pereira	61
23	Sítio Jatobá	Jose Joseilson Dos Santos	38
24	Sítio Amparo	Manoel Pereira De Vasconcelos	32,5
25	Sítio Salgadinho	Evanaldo Barbosa Leite	26
26	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Josefa Lindeci Fernandes Messias	3
27	Sítio Poço Do Boi	Jose Ailton Da Silva	13
28	Sítio Pedra Da Bicha	Cicero Hildo Alves Siqueira	42
29	Sítio Pedra Da Bicha	Adesivan Ferreira De Siqueira	66
30	Sítio Riacho Do Cariri	Euclidenor Geronimo Leite	400
31	Sítio Poço Do Boi	Idalina Petronila Da Conceição	89,5
32	Sítio Fazenda Mata	Associação Dos Produtores Rurais Do Sítio Caiçara	574,2
33	Sítio Amparo	Severino Pedro Xavier	32
34	Sítio Malhada Da Quixaba	Robson De Paula Maia	250
35	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Leandro Da Silva Maciel	17,5
36	Sítio Salgadinho	Antonio Domingos Diniz	21,7
37	Sítio Amparo	Inácio Luiz Nobrega Da Silva	12
38	Sítio Pedra Da Bicha	Zacarias Jose De Siqueira	32
39	Sítio Olho D'Agua Dos Caboclos	Jose Ramos Coutinho	732,695
40	Sítio Poço Do Boi	Jose Gomes Ribeiro	43
41	Sítio Amparo	Lucia Pereira De Vasconcelos	32,5
42	Sítio Amparo	Cecília Maria De Jesus	10
43	Sítio Jatobá	Sebastiana Maciel Pereira	18,75
44	Sítio Jatobá	Maria Salete Maciel Da Silva	7,05
45	Sítio Poço Do Boi	Inacio Francisco Maciel	6,14
46	Sítio Caiçara	Eliosma Alves Siqueira	27
47	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Cicero Rosinaldo De Souza	12
48	Sítio Lagoa Do Meio	Antonio Barbosa Marques	87
49	Sítio Poço Do Boi	Antonio Nunes De Sousa	23
50	Sítio Poço Do Boi	Eliete De Fatima Maciel	13,5
51	Sítio Jatobá	Claudio Roberto De Souza	15

52	Sítio Jatobá	Bruno Silva Nascimento	4
53	Sítio Olho D'água Dos Caboclos	Rayce Sonara Lela Maciel	17,5
54	Sítio Olho D'água Dos Caboclos	Severino Francisco De Macedo	8
55	Sítio Malhada Da Quixaba	Iraci Leopoldo Barbosa	8
		TOTAL GERAL	

QUADRO 2 - IMÓVEIS RURAIS DE AMPARO POR PROPRIEDADE

	DENOMINAÇÃO	TITULAR	ÁREA TOTAL
01	Sítio Amaro	Damiao Pereira De Carvalho	7,5
02	Sítio Amparo	Cecilia Maria De Jesus	10
03	Sítio Amparo	Heleno Amancio Da Silva	8,2
04	Sítio Amparo	Inácio Luiz Nobrega Da Silva	12
05	Sítio Amparo	Jacira Siqueira De Melo	15
06	Sítio Amparo	Lucia Pereira De Vasconcelos	32,5
07	Sítio Amparo	Manoel Pereira De Vasconcelos	32,5
08	Sítio Amparo	Severino Pedro Xavier	32
09	Sítio Cacimba de Baixo	Edgar Vilarim Meira	411
10	Sítio Caiçara	Eliosma Alves Siqueira	27
11	Sítio Fazenda Mata	Associação Dos Produtores Rurais Do Sítio Caiçara	574,2
12	Sítio Fazenda Nanico	Ermirio Leitte Filho	248,9
13	Sítio Jatobá	Bruno Silva Nascimento	4
14	Sítio Jatobá	Claudio Roberto De Souza	15
15	Sítio Jatobá	Jose Joseilson Dos Santos	38
16	Sítio Jatobá	Maria Salete Maciel Da Silva	7,05
17	Sítio Jatobá	Sebastiana Maciel Pereira	18,75
18	Sítio Lagoa do Meio	Janderli Jose Da Silva	52
19	Sítio Lagoa do Meio	Antonio Barbosa Marques	87
20	Sítio Lagoa do Meio	Eugenia Barboza Lela	30
21	Sítio Malhada da Quixaba	Iraci Leopoldo Barbosa	8
22	Sítio Malhada da Quixaba	Jose Ferreira Irmao	36
23	Sítio Malhada da Quixaba	Robson De Paula Maia	250
24	Sítio Olho D'Água dos Caboclos	Jose Ramos Coutinho	732,695
25	Sítio Olho D'água dos Caboclos	José Messias Feitoza	14
26	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Alexandre Lima Da Costa	4
27	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Cicero Rosinaldo De Souza	12
28	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Jose Leoberto De Souza	209
29	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Josefa Lindeci Fernandes Messias	3
30	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Leandro Da Silva Maciel	17,5
31	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Rayce Sonara Lela Maciel	17,5
32	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Severino Francisco De Macedo	8
33	Sítio Pedra da Bicha	Adesivan Ferreira De Siqueira	66
34	Sítio Pedra da Bicha	Cicero Hildo Alves Siqueira	42
35	Sítio Pedra da Bicha	Maria Alves De Sousa	350
36	Sítio Pedra da Bicha	Zacarias Jose De Siqueira	32
37	Sítio Pelelé	Gilso Lela Barreto	12
38	Sítio Pelelé	Jose Bezerra Neto	4
39	Sítio Pocinhos e Pedra da Bicha	José Bitu De Freitas	1000
40	Sítio Poço do Boi	Antonio Nunes De Sousa	23
41	Sítio Poço do Boi	Eliete De Fatima Maciel	13,5
42	Sítio Poço do Boi	Eliosma Alves Siqueira	11
43	Sítio Poço do Boi	Idalina Petronila Da Conceição	89,5
44	Sítio Poço do Boi	Inacio Francisco Maciel	6,14
45	Sítio Poço do Boi	Jose Ailton Da Silva	13
46	Sítio Poço do Boi	Jose Gomes Ribeiro	43
47	Sítio Poço do Boi	Manoel Alves Siqueira	19
48	Sítio Riacho do Cariri	Euclidenor Geronimo Leite	400

49	Sítio Riacho do Cariri	João Milton Do Nascimento	20
50	Sítio Saco	Edmilson Casimiro De Oliveira	18
51	Sítio Salgadinho	Antonio Domingos Diniz	21,7
52	Sítio Salgadinho	Evanaldo Barbosa Leite	26
53	Sítio Salgadinho	Manoel Jose Do Nascimento	20
54	Sítio Salgadinho	Marcos Alberto Meira Cavalcante	40
55	Sítio Salgadinho	Maria Das Dores Pereira	61

QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE AMPARO POR PROPRIETÁRIO

	DENOMINAÇÃO	TITULAR	ÁREA TOTAL
01	Sítio Pedra Da Bicha	Adesivan Ferreira De Siqueira	66
02	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Alexandre Lima Da Costa	4
03	Sítio Lagoa Do Meio	Antonio Barbosa Marques	87
04	Sítio Salgadinho	Antonio Domingos Diniz	21,7
05	Sítio Poço Do Boi	Antonio Nunes De Sousa	23
06	Sítio Fazenda Mata	Associação Dos Produtores Rurais Do Sítio Caiçara	574,2
07	Sítio Jatobá	Bruno Silva Nascimento	4
08	Sítio Amparo	Cecilia Maria De Jesus	10
09	Sítio Pedra Da Bicha	Cicero Hildo Alves Siqueira	42
10	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Cicero Rosinaldo De Souza	12
11	Sítio Jatobá	Claudio Roberto De Souza	15
12	Sítio Amaro	Damiao Pereira De Carvalho	7,5
13	Sítio Cacimba De Baixo	Edgar Vilarim Meira	411
14	Sítio Saco	Edmilson Casimiro De Oliveira	18
15	Sítio Poço Do Boi	Eliete De Fatima Maciel	13,5
16	Sítio Poço Do Boi	Eliosma Alves Siqueira	11
17	Sítio Caiçara	Eliosma Alves Siqueira	27
18	Sítio Fazenda Nanico	Ermirio Leite Filho	248,9
19	Sítio Riacho Do Cariri	Euclidenor Geronimo Leite	400
20	Sítio Lagoa Do Meio	Eugenia Barboza Lela	30
21	Sítio Salgadinho	Evanaldo Barbosa Leite	26
22	Sítio Pelelé	Gilso Lela Barreto	12
23	Sítio Amparo	Heleno Amancio Da Silva	8,2
24	Sítio Poço Do Boi	Idalina Petronila Da Conceição	89,5
25	Sítio Poço Do Boi	Inacio Francisco Maciel	6,14
26	Sítio Amparo	Inácio Luiz Nobrega Da Silva	12
27	Sítio Malhada Da Quixaba	Iracy Leopoldo Barbosa	8
28	Sítio Amparo	Jacira Siqueira De Melo	15
29	Sítio Lagoa De Meio	Janderli Jose Da Silva	52
30	Sítio Riacho Do Cariri	João Milton Do Nascimento	20
31	Sítio Poço Do Boi	Jose Ailton Da Silva	13
32	Sítio Pelelé	Jose Bezerra Neto	4
33	Sítio Pocinhos E Pedra Da Bicha	José Bitu De Freitas	1000
34	Sítio Malhada Da Quixaba	Jose Ferreira Irmão	36
35	Sítio Poço Do Boi	Jose Gomes Ribeiro	43
36	Sítio Jatobá	Jose Joseilson Dos Santos	38
37	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Jose Leoberto De Souza	209
38	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	José Messias Feitoza	14
39	Sítio Olho D'Água Dos Caboclos	Jose Ramos Coutinho	732,695
40	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Josefa Lindeci Fernandes Messias	3
41	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Leandro Da Silva Maciel	17,5
42	Sítio Amparo	Lucia Pereira De Vasconcelos	32,5
43	Sítio Poço Do Boi	Manoel Alves Siqueira	19
44	Sítio Salgadinho	Manoel Jose Do Nascimento	20
45	Sítio Amparo	Manoel Pereira De Vasconcelos	32,5
46	Sítio Salgadinho	Marcos Alberto Meira Cavalcante	40

47	Sítio Pedra Da Bicha	Maria Alves De Sousa	350
48	Sítio Salgadinho	Maria Das Dores Pereira	61
49	Sítio Jatobá	Maria Salete Maciel Da Silva	7,05
50	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Rayce Sonara Lela Maciel	17,5
51	Sítio Malhada Da Quixaba	Robson De Paula Maia	250
52	Sítio Jatobá	Sebastiana Maciel Pereira	18,75
53	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Severino Francisco De Macedo	8
54	Sítio Amparo	Severino Pedro Xavier	32
55	Sítio Pedra Da Bicha	Zacarias Jose De Siqueira	32

DISTRIBUIÇÃO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE AMPARO (MÓDULO FISCAL)

QUADRO 4 - MINIFÚNDIO (INFERIOR A 55 HA)

	DENOMINAÇÃO	TITULAR	ÁREA TOTAL
01	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Josefa Lindeci Fernandes Messias	3
02	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Alexandre Lima Da Costa	4
03	Sítio Jatobá	Bruno Silva Nascimento	4
04	Sítio Pelelê	Jose Bezerra Neto	4
05	Sítio Poço Do Boi	Inacio Francisco Maciel	6,14
06	Sítio Jatobá	Maria Salete Maciel Da Silva	7,5
07	Sítio Amaro	Damiao Pereira De Carvalho	7,5
08	Sítio Malhada Da Quixaba	Iracy Leopoldo Barbosa	8
09	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Severino Francisco De Macedo	8
10	Sítio Amparo	Heleno Amancio Da Silva	8,2
11	Sítio Amparo	Cecilia Maria De Jesus	10
12	Sítio Poço Do Boi	Eliosma Alves Siqueira	11
13	Sítio Pelelê	Gilso Lela Barreto	12
14	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Cicero Rosinaldo De Souza	12
15	Sítio Amparo	Inácio Luiz Nobrega Da Silva	12
16	Sítio Poço Do Boi	Jose Ailton Da Silva	13
17	Sítio Poço Do Boi	Eliete De Fatima Maciel	13,5
18	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	José Messias Feitoza	14
19	Sítio Jatobá	Claudio Roberto De Souza	15
20	Sítio Amparo	Jacira Siqueira De Melo	15
21	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Leandro Da Silva Maciel	17,5
22	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Rayce Sonara Lela Maciel	17,5
23	Sítio Saco	Edmilson Casimiro De Oliveira	18
24	Sítio Jatobá	Sebastiana Maciel Pereira	18,75
25	Sítio Poço Do Boi	Manoel Alves Siqueira	19
26	Sítio Salgadinho	Manoel Jose Do Nascimento	20
27	Sítio Riacho Do Cariri	João Milton Do Nascimento	20
28	Sítio Salgadinho	Antonio Domingos Diniz	21,7
29	Sítio Poço Do Boi	Antonio Nunes De Sousa	23
30	Sítio Salgadinho	Evanaldo Barbosa Leite	26
31	Sítio Caiçara	Eliosma Alves Siqueira	27
32	Sítio Lagoa Do Meio	Eugenia Barboza Lela	30
33	Sítio Amparo	Severino Pedro Xavier	32
34	Sítio Pedra Da Bicha	Zacarias Jose De Siqueira	32
35	Sítio Amparo	Lucia Pereira De Vasconcelos	32,5
36	Sítio Amparo	Manoel Pereira De Vasconcelos	32,5
37	Sítio Malhada Da Quixaba	Jose Ferreira Irmao	36
38	Sítio Jatobá	Jose Joseilson Dos Santos	38
39	Sítio Salgadinho	Marcos Alberto Meira Cavalcante	40
40	Sítio Pedra Da Bicha	Cicero Hildo Alves Siqueira	42
41	Sítio Poço Do Boi	Jose Gomes Ribeiro	43
42	Sítio Lagoa De Meio	Janderli Jose Da Silva	52

TOTAL	782,29
--------------	---------------

QUADRO 5 - PEQUENA PROPRIEDADE (ENTRE 55 E 220 HA)

	DENOMINAÇÃO	TITULAR	ÁREA TOTAL
01	Sítio Salgadinho	Maria Das Dores Pereira	61
02	Sítio Pedra Da Bicha	Adesivan Ferreira De Siqueira	66
03	Sítio Lagoa Do Meio	Antonio Barbosa Marques	87
04	Sítio Poço Do Boi	Idalina Petronila Da Conceição	89,5
05	Sítio Olho D'agua Dos Caboclos	Jose Leoberto De Souza	209
TOTAL			512,5

QUADRO 6 - MÉDIA PROPRIEDADE (ENTRE 220 E 825 HA)

	DENOMINAÇÃO	TITULAR	ÁREA TOTAL
01	Sítio Fazenda Nanico	Ermirio Leite Filho	248,9
02	Sítio Malhada Da Quixaba	Robson De Paula Maia	250
03	Sítio Pedra Da Bicha	Maria Alves De Sousa	350
04	Sítio Riacho Do Cariri	Euclidenor Geronimo Leite	400
05	Sítio Cacimba De Baixo	Edgar Vilarim Meira	411
06	Sítio Fazenda Mata	Associação Dos Produtores Rurais Do Sítio Caiçara	574,2
07	Sítio Olho D'Água Dos Caboclos	Jose Ramos Coutinho	732,695
TOTAL			2.966,79

QUADRO 7 - GRANDE PROPRIEDADE (SUPERIOR A 825 HA)

	DENOMINAÇÃO	TITULAR	ÁREA TOTAL
01	Sítio Pocinhos E Pedra Da Bicha	José Bitu De Freitas	1.000,00
TOTAL			1.000,00

QUADRO 8 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS ALCANÇADOS (ano base 2014)

<i>Indicador da atividade</i>	<i>Objetivo da atividade</i>	<i>Descrição sucinta da atividade (inserir início e período de realização)</i>	<i>Resultados alcançados</i>
1. Seleção dos bolsistas	Publicar edital e realizar processo seletivo para bolsistas de iniciação à docência e de supervisão, o que envolveu publicar e divulgar o edital, realizar a seleção e divulgar os resultados do processo seletivo	1.1.processo seletivo– 18 de fevereiro a 07 de março	1.1.Elaboração e publicação de edital, seleção dos bolsistas e divulgação dos resultados
		1.2. Assinatura de termo de compromisso dos bolsistas 07 a 11 de março	1.2. assinatura dos termos de compromissos dos bolsistas
		1.3.Cadastramento dos bolsistas – 07 a 11 de março	1.3. cadastramento dos bolsistas no sistema
2. Visitas às escolas para adesão ao projeto	Apresentar a direção da escola a proposta do projeto e seu interesse para desenvolvê-lo na escola	2.1.Visita dos coordenadores de área as escolas para apresentação da proposta	2.1. Apresentação da proposta do Pibid na Escola e escolha das áreas a serem trabalhadas
		2.2 Discussão do papel e do perfil dos professores	2.2.1. Indicação de professores para

		para participar do processo seletivo do PIBID – como supervisores fevereiro de 2014	participação processo seletivo do PIBID Diversidade
		2.3. Assinatura de termo de adesão das escolas ao projeto – fevereiro de 2014	2.3.1..Adesão de 05 escolas da rede pública sendo 03 municipais e 02 estaduais ao projeto PIBID DIVERSIDADE
3. Seminário de socialização entre bolsistas, coordenadores e escola		3.1. Seminário de socialização envolvendo bolsistas de iniciação a docência, supervisores, coordenadores de área, diretores das escolas selecionadas para apresentação do projeto com as ações, atividades e papéis a serem desempenhados por cada membro 11 de março de 2014;	3.1.1Apresentação da equipe e -Apresentação das escolas 3.1.2.Discussão do projeto base com todos os participantes 3.1.3.Discussão dos papéis dos diferentes sujeitos envolvidos no projeto
		3.2. Apresentação da proposta do PIBID Diversidade e o enfoque na interdisciplinaridade;	3.2.1. Integração de ação entre os subprojetos
4. Vivência Escolar Apresentação da equipe a comunidade escolar	Inserir os alunos bolsistas no ambiente escolar, para compreender e se integrar no cotidiano da escola conhecer a equipe técnica e pedagógica da escola apresentar o subprojeto e a equipe de bolsistas	4.1.visita dos Coordenadores as Escolas para apresentação da proposta de trabalho (objetivos do Projeto, ações/atividades, parcerias etc.);(março-abril).	4.1.1.Palestra mostrando os objetivos e ações que serão desenvolvidas no contexto escola
		4.2. apresentação à equipe técnica e pedagógica da escola (março-abril)	4.2.1. Através das observações foi identificados o desenvolvimento das aulas de Geografia, história, sociologia, filosofia, matemática, ciencias naturais, lingua portuguesa e artes
5. Diagnóstico escolar e perfil da prática educativa dos professores	Mapear e sistematizar a realidade escolar, possibilitando estudos e aprofundamentos sobre o contexto educacional com ações nas diferentes dimensões do trabalho pedagógico;	5.1 construção do diagnostico da escola	5.1.1. 05 diagnosticos de escolas públicas construídos
		5.2. Levantamento do quadro de docentes da escola;	5.2.1.Perfil dos Professores de Geografia e História
		5.3..levantamento e observação da infraestrutura, equipamentos de apoio e materiais didáticos pedagogicos (Março e abril).	5.3.1. Banco de dados construído com informações acerca da infra-estrutura das escolas que o PIBID atua;

6. Leitura dos documentos oficiais da escola, tais como Projeto Político, regimento, etc..	Conhecer os documentos oficiais da escola para compreensão de aspectos ligados ao contexto da educação e ao funcionamento da escola	6.1. Leitura analítica e discussão do Projeto Político Pedagógico e do Regimento da Escola. (Atividade desenvolvida com o acompanhamento dos supervisores) – julho e agosto	6.1.1. Escola do Campo José Gonçalves em fase de elaboração do PPP- Subprojeto de Linguagens e Códigos e Exatas e da Natureza
			6.1.2. Escola Bento Tenório -
			6.1.3. Na Escola Jornalista José Leal Ranhos o PPP apresenta as Bases Legais para funcionamento; Traça o perfil da escola caracterizando-a de acordo com a realidade da comunidade escolar; Faz um diagnóstico dos índices de Avaliações do IDEB entre os anos de 2005 a 2014 (Apresenta um avanço de 2.2 para 3.4) e das condições de ensino e aprendizagem, destacando os pontos fortes e fracos Subprojeto – Linguagens e Códigos e Humanas e Sociais
			6.1.4. Na Escola Agrotecnica Deputado Evaldo Gonçalves foi realizado um perfil escolar, contemplando a infra-estrutura da escola, o seu corpo docente que leciona as disciplinas Geografia e História e discentes que os bolsistas acompanham, os dados foram apresentados em gráficos e descritos qualitativamente. Como também foi analisado a estrutura curricular o PPP.
			6.1.5. Escola M. E. I.F. M Idelfonso Anselmo da Silva foi realizado um perfil escolar, contemplando a infra-estrutura da escola, o seu corpo docente que leciona as disciplinas Geografia e História e discentes que os bolsistas acompanham, os dados foram apresentados em gráficos e descritos qualitativamente. Como também foi analisado a estrutura curricular o PPP.

		6.2. Discussão de plano de ação com as escolas	6.2.1. Apresenta os Planos de Ação e Metas dos quais especificamente tratam da Diversificação das metodologias de ensino de modo a proporcionar estímulo e conhecimento aos discentes. Propondo, assim, a inclusão do ensino de Música e Educação do Campo como proposta curricular através das ações desenvolvidas pelo PIBID Diversidade nas três escolas de atuação do subprojeto de linguagens e códigos
7. análise do plano de ensino e dos livros didáticos das áreas de conhecimento	Conhecer as partes/itens que compõem um Plano de Ensino/Curso, identificando elementos essenciais à distribuição de conteúdos, à metodologia, objetivos e forma de avaliação elencados ao longo do período letivo.	7.1. Análise dos Programas/Plano de Curso de Linguagens e Códigos na Escola do Pio X que funciona por área de conhecimento - discussão com as Supervisoras - Abril e Maio de 2014	7.1.1. Na Escola do Pio X, o Plano de Ensino vem sendo elaborado pelo grupo de educadores do campo de todas as unidades de ensino do município, visando assim, elaborar uma proposta que atenda aos povos do campo e às comunidades de forma contextualizada. A proposta está sendo organizada por tema gerador e eixo temático, logo os conteúdos estão distribuídos de acordo com a temática de cada bimestre e p 7.1.2. Na Escola do Pio X – UMEIEF José Bonifácio Barbosa de Andrade - não adota-se nenhuma coleção específica. Os livros existentes servem como suporte didático e fonte de pesquisa para os educandos.
		7.2. No primeiro momento foi realizado um oficina titulada “ Critérios para analisar os livros didáticos de Geografia e História”, Tendo como base teórico e metodológico da autora Pontuschka (2009), onde a autora propõe um roteiro e critérios a serem seguidos como auxílio na avaliação do livro didático, que são: Capa,	7.2.1. – Foram analisados 08 livros didáticos nas escolas: Escola M. E. I.F. M Idelfonso Anselmo da Silva e Escola M. E. I.F. M Idelfonso Anselmo da Silva. Sendo, 04 livros de Geografia e 04 livros de História. Todos os livros analisados foram do ensino Fundamental do 6º ao 9º ano. Foram analisados os seguintes aspectos dos livros: Capa, Autor ou

		Autor ou Autores, Publico, Apresentação do Livro, índice e estrutura do livro, diagramação, imagens, representações gráficas e cartográficas, proposta teórica metodológica, linguagens, atividade e bibliografia. Em seguida, os alunos realizaram as análises dos livros de Geografia e História, tendo como base, os critérios citados. Essa ação ocorreu entre os meses de Junho a Agosto de 2014	Autores, Publico, Apresentação do Livro, índice e estrutura do livro, diagramação, imagens, representações gráficas e cartográficas, proposta teórica metodológica, linguagens, atividade e bibliografia.
		7.3 Na Escola Jornalista José Leal Ramos os Planos de Ensino de Língua Portuguesa analisados contemplam a música nas suas propostas de ensino, com vistas a desenvolver a sensibilidade, a criatividade e integração dos educandos. Já em relação ao componente curricular de Artes estava indisponível para análise	7.3.1. Foram realizadas análises das duas coleções de Ensino fundamental e Médio adotadas pela EEEFM Jornalista José Leal Ramos para o período letivo de 2014-2016, contemplando os seguintes aspectos: contextualização do ensino de Gramática em gêneros textuais, o trabalho com a leitura/compreensão/ interpretação de textos, o trabalho com a produção de textos, o trabalho com a variedade linguística e o trabalho com a oralidade. Investigou-se, também, a remissão a outras fontes de pesquisas e mídias sugeridas pelas coleções no âmbito das atividades (Internet, filmes, documentários, sites, blogs etc.) Observou-se, ainda, se as coleções eram atualizadas de acordo com o Novo Acordo Ortográfico.
		7.4. Na Escola Jornalista José Leal Ramos, fez-se, através da área de Ciências Humanas – Filosofia e Sociologia, a análise dos planos de ensino e, principalmente, dos livros didáticos, focando de que forma as temáticas de educação do Campo são abordadas nos livros, adotados pelo MEC, de Sociologia e	7.4.1. Textos focando a análise dos livros didáticos de sociologia e filosofia e a maneira como nesses estão sendo abordados os temas vinculados à educação do campo 7.4.2. Estudo sobre o PNLD 2015 nas nos componentes de Filosofia e Sociologia com os bolsistas

		Filosofia. Como são abordadas as temáticas: Movimentos Sociais, Desigualdades, Educação, Ruralidades	
		7.5. Análise livros didáticos adotados na Escola Agrotécnica de Ensino fundamental dep. Evaldo Gonçalves de Queiroz - discussão com as Supervisoras - Abril e Maio de 2014.	7.5.1 – Foram analisadas a partir de um pré-roteiro duas coleções, sendo uma de Matemática do 6º ao 9º e uma de Ciências do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.
		7.6. O roteiro para a análise do livro didático foi elaborado pela Coordenadora do Subprojeto da área de linguagens e códigos a partir de vivências com o ensino de Língua Portuguesa, Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estágio Supervisionado III. O roteiro contempla itens como Organização/apresentação do conteúdo, distribuição das atividades, contextualização dos conteúdos em gêneros textuais, o trabalho com a análise linguística (gramática), o trabalho com a leitura e a produção de textos, o trabalho com a oralidade, a variação linguística, metodologias propostas e recursos paradigmático. A ação ocorreu nos meses de maio e junho.	7.6.1. Na Escola Estadual de Ensino Médio Bento Tenório de Sousa - Escola do Campo – seu projeto político fundamenta-se na pedagogia da terra, que é voltada para uma ideia de desenvolvimento sustentável e na pedagogia da alternância, que tem por objetivo intercalar o tempo na escola e o tempo na comunidade para diminuir a evasão escolar em áreas rurais, bem como proporcionar uma flexibilidade nos estudos de teoria e prática, além de fomentar a discussão a respeito do ensino e pesquisa nos diferentes momentos desse modelo de ensino. Há a possibilidade de uma interação conjunta da escola com a comunidade, com os objetivos de melhoria da qualidade ambiental da região, bem como promoção de inovadas políticas de sustentabilidade que se aplicam tanto na qualidade de vida, como em tantas outras dimensões culturais, econômicas, ambientais, sociais etc.
8. Reuniões da equipe do subprojeto na Universidade	Apresentar as diretrizes dos Subprojeto e estabelecer diversos encaminhamentos acerca da distribuição da equipe, horários de reuniões e	8.1. Reunião Geral com a Equipe a fim de expor as linhas gerais do Subprojeto – março de 2014 8.2. Distribuição dos Bolsistas por Escola e fazer encaminhamentos	8.1.1 leitura, debate e sistematização do projeto pelos bolsistas; 8.2.1. planejamento dos horários e cronogramas de trabalho na universidade e nas escolas;

	planejamento das primeiras atividades	acerca das primeiras atividades – março de 2014 8.3.leitura do Projeto na íntegra, encontro com as Supervisoras para encaminhamentos gerais, visita à Biblioteca do <i>Campus</i>, planejamento de horários etc.) – março e abril de 2014 8.4Planejamento estratégico das atividades nas escolas .Essa ação ocorre de Abril até o presente. As reuniões são sistematizadas em dois contextos o Acadêmico (Coordenador, supervisores e bolsistas), o Escolar (Supervisores e Bolsistas)	8.3.1. levantamento de bibliografia da área na biblioteca da univesidade e resumo do projeto 8.4.1. elaboração de planejamentos a serem executados
9. Cursos, mini-cursos e oficinas para formação da equipe	Participar em sessões de estudos para formação da equipe do projeto com temáticas transversais do projeto, tais como: relações étnico-raciais e educação ambiental bem como o estudo de temáticas específicas de cada área de conhecimento para fomentar a reflexão sobre as ações da prática pedagógica para que a análise do cotidiano vivenciado os auxiliem na compreensão e aprimoramento do trabalho desenvolvido	9.1. Estudos sobre Educação do Campo pelos subprojetos	9.1.1.síntese sobre o conceito de educação do campo e elaboração de poster para evento
		9.2. curso de metodologia científica subprojeto de Humanas e Sociais	9.2.1.elaboração de oficina sobre produção de artigos científicos no I ENIDIVERSIDADE
		9.3. participação no seminário de relações étnicas raciais para a convivência	9.3.1. Mini curso sobre Educação do Campo e Direitos Humanos no Seminário de Relações Étnicas Raciais
		9.4. A oficina intitulada “Produção de mapas conceituais no ensino de Geografia e História”. Teve como objetivo, compreender a importância do mapa conceitual no ensino de Geografia e História e sua utilização como material pedagógico no contexto escolar- Agosto de 2014	9.4.1. confecção de Mapas conceituais com temáticas referente ao ensino de Geografia e Mapas conceituais com temáticas referente ao ensino de História

		9.5. Na área de Linguagens e Códigos realizou-se a “Oficina de Sons”, no período de 09 a 30 de julho de 2014, com a carga horária de 12 horas distribuídas em 4 encontros	9.5.1.
		9.6. Na área de linguagens e Códigos realizou-se a oficina intitulada “O trabalho com a oralidade em sala de aula” - Agosto de 2014.	96.1.
10. Acompanhamento à prática pedagógica da escola	observar, refletir e sistematizar sobre as diferentes dimensões da prática educativa como: ensino, planejamento, avaliação e gestão da escola, contribuindo para a inserção dos estudantes da licenciatura na cultura escolar do magistério por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docentes	10.1. participação dos bolsistas em reuniões de planejamento dos professores da escola	. 12 Reuniões de planejamento do subprojeto de Ciências Humanas e Sociais
		10.2. participação em reuniões com as famílias e a comunidade	02 reuniões com as famílias
		10.3. visitas dos coordenadores as escolas	07 visitas dos coordenadores para monitoramento e avaliação
		10.4. Participação dos bolsistas em atividades da escola como “o dia no Campo” e a feira do úmbu	
11. Plantão pedagógico	Acompanhar o desempenho dos alunos nas aulas de plantão pedagógico, estimulando-os para um desenvolvimento contínuo nas áreas: linguagem, exatas e humanas.	10.1. Apoio pedagógico individual ou em pequenos grupos aos estudantes nos horários vagos de aula ou no contraturno com a finalidade de aprofundar conteúdos trabalhados em sala de aula com jogos, materiais manipuláveis, leituras, produção textual, apresentação de vídeos, desenvolvimento de mini oficinas	
		10.2. aplicação de jogos matemáticos	
12. Articulação da iniciação a docência com pesquisa e extensão	formar o docente pesquisador tendo a prática pedagógica como locus e objeto de investigação	12. 1. Semana do meio ambiente - Ação realizada em Junho de 2014. A Semana do Meio Ambiente	12.1.1. Realizada nas escolas conveniadas através de Palestras, aula de campo, oficinas com material reciclado,

			produção de cartazes e desenhos e aula de campo
		12.2. Criação do Laboratório de Ensino de Geografia e Educação do campo – LEGECAMPO.	12.2 – Realização de Pesquisa e extensão no contexto escolar sobre o ensino de Geografia e educação do campo – Resultado 06 pesquisas de TCC
13. Docência Compartilhada/monitoria	Contribuir com o acompanhamento do professor regente e/ou supervisor a iniciação a docência para proporcionar a vivência da prática docente a partir do planejamento, acompanhamento e avaliação do professor regente e supervisor, não como substituto do mesmo, mais como educando em processo de formação	13.1. – Criação do Clube da matemática	
		13.2. – revitalização do viveiro de mudas	
		13.3. Café Filosófico	
		13.4. Aula de Campo	03 aulas de campo
		13.5. Oficinas de Leitura Literária: oficinas de Sons e Leitura Compartilhada de Canções	13.5.1. – Produção de um musical, na EEEFM Jornalista José Leal Ramos, a partir da realização de uma experiência de leitura em sala de aula com as canções da época da Ditadura Militar, que teve como propósito entender como a música firmou-se como uma forma de resistência para extravasar a liberdade de expressão amordaçada pelo Regime, que estabelecia controle em vários segmentos da sociedade. E para vivenciar toda essa atmosfera cultural de protesto, os alunos foram convidados a desvendar todo o cenário musical que marcou a história do país, sobretudo os Festivais de Música Popular Brasileira.
		13.6. Giro da Leitura na Escola Bento Tenório	13.6.1.O Projeto “Giro de leitura” fundamenta-se na necessidade de transformar o aluno em um leitor crítico, vencendo obstáculos como, por exemplo, a timidez, e

			ganhando o direito à palavra lida e escrita, colocando-o em nível de igualdade em que todos se tornem sujeitos participativos dentro e fora
		13.7.Recontação de histórias na Escola UMEIEF José Bonifácio Barbosa de Andrade (reivenção das histórias do chapeuzinho vermelho/amarelo,/azul etc.)	13.7.1.Recontação de histórias na Escola UMEIEF José Bonifácio Barbosa de Andrade (reivenção das histórias do chapeuzinho vermelho/amarelo,/azul etc.)
14. Atividades Formativas e Didático-Pedagógicas em Campo	Visitar os diferentes espaços pedagógicos e culturais para ampliação do conhecimento dos licenciandos e enriquecimento do trabalho	14.1 Participação na V FLIBO – V Feira Literária de Boqueirão;	
15. Contribuição nos eventos escolares	Contribuir na organização de diferentes eventos na escola de modo a enriquecer o conhecimento dos discentes,estimular a aprendizagem,envolver a comunidade da escola e mostrar aos alunos que a aprendizagem não se dá nas formas tradicionais,ou seja, nos limites da sala de aula e com professor trabalhando individualmente	15.1. Realização de atividades culturais, artísticas e de formação envolvendo a comunidade escolar, as famílias e pessoas da comunidade	
		15.2Palestra sobre os 50 anos da Ditadura Militar	
16. Socialização dos resultados do trabalho do PIBID DIVERSIDADE envolvendo diferentes espaços e sujeitos	Proporcionar uma melhor formação de professores do campo para a Educação Básica. A vivência diária das dificuldades presentes em cada unidade escolar e a possibilidade de gerar e executar novas atividades didático-pedagógicas, certamente enriquecerá a atividade profissional dos bolsistas, possibilitando o surgimento de diferentes	16.1. Criação e desenvolvimento de recursos midiáticos/multimídia: pesquisa dos recursos disponíveis na escola, criação dos recursos midiáticos/multimídia e ambientes virtuais de aprendizagem	16.1.1 - Elaboração do Site pibid – www.cdsa.ufcg.edu.br/pibid 16.1.2.grupo no facebook do Pibid Diversidade para discussão e socialização de informações entre bolsistas, coordenadores, supervisores 16.1.3. grupo de gestão virtual para encaminhamentos entre coordenação institucional e coordenadores de área

	oportunidades para vivenciar o trabalho me equipe, e trabalhar no campo assim podemos destacar como atividades de socialização do trabalho	-	
		16.2. Participação em congressos e encontros científicos, nas áreas de conhecimento dos subprojetos; • Participação no CITENDI – Congresso Internacional de Educação e Inclusão • Participação no Encontro de Iniciação a Docência da UEPB • Evento de caico(não sei nome)	16.2.2. Apresentação de 04 posters ou comunicação oral Quantos?????
		16.3. Seminário Anual do Pibid Diversidade – 13 a 19 de dezembro de 2014 para apresentação e socialização dos trabalhos produzidos durante o período por todos os bolsistas do projeto, coordenadores e escolas parceiras O evento envolveu o seguinte público - professores universitários - ----- professores das escolas básicas ----- estudantes universitários - ----- estudantes das escolas básicas	16.3.1. resultados do evento - elaboração de folder e programação do evento - avaliação dos trabalhos por comitê científico 01 conferencia 02 mesas redondas 02 rodas de diálogo
17. Produção de materiais didáticos pedagógicos	Elaborar materiais didáticos e pedagógicos para subsidiar o trabalho em sala de aula	17.1. Mapas conceituais	10 mapas conceituais
		17.2. Dicionário da Educação do Campo e Ensino de Geografia	30 Dicionários

		1.7.3 - Jogos pedagógicos de Geografia e História	10 jogos pedagógicos
18. Produções bibliográficas	Produzir artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso	18.1. Trabalho de conclusão de curso.	05 – Trabalhos de Conclusão de Curso.
19. Elaboração de relatorios das atividades	Elaborar relatorios sobre as atividades desenvolvidas nas escolas	Registro e sistematização das atividades realizadas no projeto Janeiro de 2014	62 relatorios individuais dos bolsistas de iniciação a docencia Relatorios dos subprojetos Relatorio geral do projeto